

ALETHÉIA RENATA DE ANDRADE

VERITATIS SPLENDOR E EVANGELIUM VITAE (1993-1995):

ARCABOUÇOS DO PONTIFICADO DE JOÃO PAULO II

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista, para a
obtenção do título de Mestre em História
(História e Sociedade).

Orientador: **Prof. Dr. Sidinei Galli**

ASSIS

2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

A553v	Andrade, Alethéia Renata de Veritatis Splendor e Evangelium Vitae (1993-1995): arca- bouços do pontificado de João Paulo II / Alethéia Renata de Andrade. Assis, 2006 106 f. : il. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. 1. Igreja Católica. Papa (1978-2005: João Paulo II). 2. En- cíclicas papais. 3. Papado. I. Título. CDD 262.13 280.2
-------	--

DEDICATÓRIA

Dedico todo o meu esforço em estudar, cursar uma faculdade, lutar pelo título de Mestre e ainda prosseguir, aos meus pais, que são minha vida, dedico a eles todas as minhas vitórias e derrotas, amores e decepções, angústias e alegrias, qualificações e defesas que fizeram de mim um ser humano capaz de enfrentar muitos obstáculos para, no fim, vencer. Aos meus pais dedico esta dissertação que representa o produto final de toda minha dedicação, pela qual eles lutaram incansavelmente ao meu lado.

“Somos, na realidade, iguais em dignidade, desiguais por natureza, mas pela educação e trabalho há possibilidade de atenuarem as desigualdades sociais” (Ruy Barbosa – Oração aos Moços).

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Antonio Andrade e Sandra, que estiveram ao meu lado durante todo o caminho, o de pedras pontiagudas, o de areia e o de mármore. À minha irmã Alessandra agradeço pelo amor, pelo incentivo e pela força, seus conselhos experientes sempre me trouxeram sabedoria, afinal, auxílio de uma doutora é mais do que bem vindo. Ao meu irmão Rafael agradeço a confiança e o orgulho depositados em mim e no meu trabalho, agradeço ainda as várias configurações que fez em minha tese e ao resumo em inglês, e aos abraços que transmitiam amor e paciência. Agradeço ao meu noivo Douglas por estar presente em minhas lutas, por me dar força para prosseguir e por me amar até nos momentos mais difíceis em que me dediquei apenas ao meu estudo. Agradeço a amigas especiais como Paula Maria da Fonseca, que durante todo o tempo esteve ao meu lado dando idéias de textos, e nas madrugadas ficava acordada ajudando-me no estudo, agradeço a ela não só a amizade, mas também o carinho e companheirismo. À amiga Isabela Prearo agradeço as correções dos meus textos, desde a iniciação científica até o texto final para a defesa, agradeço também sua amizade, carinho e até as brigas que me fizeram amadurecer.

Agradeço ainda aos meus professores que de forma direta ou indireta colaboraram para o meu crescimento intelectual, ao professor Dr. Ivan Esperança Rocha agradeço a colaboração na minha qualificação e nas referências bibliográficas, ao Dr. Paulo Alves agradeço as dicas e caminhos fornecidos na qualificação, pois foram de extrema importância. Por fim, agradeço ao meu Orientador e amigo Dr. Sidinei Galli, que sempre confiou em minha capacidade, me deu credibilidade quando precisei, me forneceu força e apoio quando esmoreci e festejou comigo todas as minhas vitórias, que afinal, são suas também.

RESUMO

Esta tese refere-se ao estudo da permanência das doutrinas morais da Igreja Católica no Pontificado de João Paulo II através do discurso das encíclicas *Veritatis Splendor* e *Evangelium Vitae*, as quais demonstram o interesse da Igreja em resgatar os valores morais tradicionais do catolicismo com o intuito de sensibilizar a população cristã, a fim de manter seus fiéis e recuperar sua identidade.

Este resgate dos valores da Igreja Católica ressurgiu com mais intensidade no papado de João Paulo II, pois a Igreja sentiu-se confusa após os ideais do Concílio Vaticano II, que apesar de não ter sido colocado em prática, deixou alguns leigos, fiéis, teólogos, padres, bispos e cardeais com expectativa de mudança. No entanto, a Igreja, na figura de João Paulo II retomou seus ideais tridentinos e manteve-se inflexível nas questões morais que tanto afligem a população mundial.

Palavras-chaves: Igreja Católica, Papa João Paulo II (1978-2005), Encíclicas Papais e Papado.

This thesis mentions the study of the permanence of the Catholic Church's moral doctrines in the John Paul II's pontificate through the speech of the encyclicals *Veritatis Splendor* and *Evangelium Vitae*, which demonstrate the interest of the Church in rescuing the traditional moral values of the catholicism with intention to sensetize the christian population in order to keep its fidiciary offices and to recoup its identity.

This rescue of the Catholic Church's values resurges more intensively in John Paul II's period, cause the Church's members felt confused after the ideals of II Vatican Council, even it was not practiced left some laypeople, fidiciary offices, theologians, priests, bishops and cardinals with hope of changes . However, when almost nothing happened, the Church in the John Paul II's figure reviewed its tridentinos ideals and it was remained inflexible in the moral questions that much afflict the world-wide population.

Keyword: Catholic Church's, John Paul II's (1978-2005), Encyclicals and Papado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1. A Igreja Católica após o Concílio Vaticano II: Uma Mudança?

1.1 O Vaticano e seu domínio.....	16
1.2. Concílio Vaticano II e suas propostas.....	24
1.3. O que permanece do Concílio Vaticano II ?.....	36

CAPÍTULO 2. João Paulo II e suas vicissitudes

2.1. Karol Wojtyla torna-se João Paulo II.....	42
2.2. João Paulo II e sua relação com o Concílio Vaticano II.....	52
2.3. Os Valores Morais no pontificado de João Paulo II.....	54
2.4. Os documentos eclesiais e as Encíclicas.....	57

CAPÍTULO 3. *Veritatis Splendor e Evangelium Vitae*, a sustentação do pontificado de João Paulo II

3.1. Encíclicas: discursos em prol dos preceitos morais da Igreja Católica.....	67
3.2. “ <i>Veritatis Splendor</i> ” e “ <i>Evangelium Vitae</i> ”	70
3.3. A sustentação da doutrina conservadora da Igreja Católica no pontificado de João Paulo II através das encíclicas.....	88

CONCLUSÃO.....	93
-----------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
--	-----------

INTRODUÇÃO

As religiões representam edifícios culturais, pois cada povo personifica suas crenças em um deus ou vários deuses, e é para estes que pedem proteção e resolução de seus problemas terrestres, por isso as religiões prometem salvação, vida e eternidade ao ser humano e mostram o caminho da sua doutrina. Além disso, respondem as questões de ordem existenciais sobre Deus, sobre os céus, sobre a identidade do ser humano e para tal, elabora doutrinas, não só anunciando prédicas, como também, acentuando práticas. As religiões são fonte de uma ética, isto é, de comportamentos, como no caso do Catolicismo, no qual eles são tão importantes, que “definitivamente salvam”, não as prédicas, mas as práticas. Neste contexto a Igreja Católica publica suas prédicas, geralmente responsabilidade dos setores mais conservadores da Igreja, com a intenção de conseguir as práticas dos fiéis, estas angariadas pelos setores progressistas.

Essas prédicas se referem aos discursos de ordem doutrinal e social redigidos pelos papas em nome da Igreja Católica, ou seja, as chamadas encíclicas. Há muito tempo, durante vários pontificados, a publicação de encíclicas se tornou uma prática habitual, passaram a ser usadas por Benedito XIV e se tornaram a forma predileta de doutrinação papal a partir do começo do século XIX.¹

Existem muitas maneiras de se trabalhar com a história das religiões, sendo que uma delas é a análise de documentos oficiais de instituições, como constituições, decretos, conferências, encíclicas e outros. Tais documentos são

¹ No século XX foram publicadas 124 encíclicas dos papas: Pio X, Benedito XV, Pio XI, Pio XII, João XXIII, Paulo VI e João Paulo II, este último publicou 13 encíclicas.

importantes para o historiador que trabalha com a história eclesiástica², dedicada ao funcionamento, estrutura e organização do clero e da pregação religiosa, à disciplina clerical e à normatização do ritual³.

Os documentos pontifícios definem os princípios doutrinários, sejam eles sociais, morais ou eclesiais. Tais documentos são publicados conforme a necessidade social, dependendo dos acontecimentos que estão ocorrendo na sociedade, pois a religião e sua doutrina são eminentemente sociais⁴. A Igreja sente-se no dever de responder as reflexões atuais, para assim se posicionar de forma a retomar seus preceitos. As encíclicas são documentos dirigidos aos Bispos e fiéis, são de caráter mais doutrinal sobre fundamentos da fé, da moral ou princípios da Doutrina Social da Igreja. Elas devem ser analisadas pelo fato de destacarem uma preocupação moral e social, mais especificamente no caso da *Veritatis Splendor* (1993) e da *Evangelium Vitae* (1995), e por situarem as diretrizes do pontificado de João Paulo II, consideradas aqui como os arcabouços deste papado⁵, por resumirem as intenções atuais da Igreja Católica em fortalecer sua doutrina tradicional.

A história trabalha com diversos objetos, incluindo o homem, suas instituições e práticas, portanto, todas as suas manifestações devem ser utilizadas

² Seguindo os parâmetros metodológicos de como situar o objeto religioso no campo historiográfico do texto HERMANN, Jacqueline. “História das Religiões e Religiosidades”. IN: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. RJ: Campus, 1997, p. 329-352.

³ Uma perspectiva de como trabalhar com a história eclesiástica e sua importância pode ser encontrada no artigo: AUBERT, Roger. As novas Fronteiras da historiografia eclesiástica. Revue d’histoire ecclesiastique. Trad. Eduardo Bastos Albuquerque. Louvain, Belgique, Université Catholique de Louvain. Vol. 95/3 (julho - setembro de 2000). J. Pirrotte et E. Louche (dir.). Deux mille ans d’histoire de l’église. Bilan et perspectives historiographiques.

⁴ Conforme a teoria de Emile Durkheim: DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. Trad. Paulo Neves. SP: Martins Fontes, 1996.

⁵ Conceito este que está melhor explicado no terceiro capítulo.

para que possamos conhecê-los melhor. Daí a importância da utilização da fonte jornalística, uma vez que encontramos nos jornais dados sobre a vida cotidiana, os costumes e as práticas sociais, pois à medida que o historiador do século XXI se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fontes: da imprensa diária ou periódica e de documentos publicados pelas instituições, que nessa dissertação referem-se às publicações da Instituição Igreja Católica, como as encíclicas *Veritatis Splendor* e *Evangelium Vitae*.

A pergunta que comumente se faz a esta pesquisa é: “O que são Encíclicas?” Podemos buscar seu significado no latim: *Litterae Encyclicae*, que literalmente significa “cartas circulares”, então, podemos afirmar que são cartas públicas e formais do Sumo Pontífice que expressam sua instrução em assuntos que considera de grande importância para a sociedade. As encíclicas, em teoria, se propõem a ensinar sobre algum tema doutrinal ou moral, avivar a devoção e condenar erros, seus conteúdos referem-se sempre ao conceito de moral proposto pela Igreja Católica, sendo publicadas pelos papas como um posicionamento da Igreja perante as discussões atuais e gerais da sociedade.

Esta definição pode ser considerada simplista, ao mesmo tempo em que responde a uma pergunta tão simples quanto. O problema não se encontra na resposta, mas sim, na pergunta. Esta é a problemática sugerida: “Como e o que indagar sobre o seu objeto para a sua fonte?”

Correto seria reformular a pergunta feita inicialmente: “Qual a função histórica das encíclicas estudadas?”, “Em que contexto são produzidas?”, “Como trabalham a questão da moral?”, “Por que apresentam o aborto, a eutanásia e os

métodos contraceptivos como sendo problemas morais da sociedade?”. Estas são questões necessárias para se analisar a fonte para que não fale por si só e para que não tomemos suas informações como dados corretos. O desfecho deste fato se encontra no ato de ler, pois devemos nos policiar durante a leitura para que esta não se torne ingênua como nos auxilia Roger Chartier:

Antes de mais nada, ignorar o fato de dar à leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, e não anulá-la no texto lido, como se o sentido desejado por seu autor devesse inscrever-se com toda a imediatez e transparência, sem resistência nem desvio, no espírito de seus leitores⁶.

Outra questão relevante é o fato das encíclicas possuírem ou não um autor. Aqui, podemos parafrasear Michel Foucault perguntando: “O que é um autor?” e direcionarmos essa indagação para as encíclicas. Se levarmos em consideração a teoria de Foucault⁷, as encíclicas, que são analisadas nesta dissertação, não foram escritas pelo papa João Paulo II, pois elas estão designadas por um nome de autor como ponto de referência, para que saibamos que se trata de um documento oficial da Igreja Católica, portanto, não está assinada por Karol Wojtyla, nome original do papa, mas sim, pelo pseudônimo João Paulo II, enquanto representante da Instituição Católica, ou seja, as palavras ditas nas encíclicas não são suas, referem-se ao ideal da Igreja, à doutrina católica, aos seus ensinamentos e preocupações, as idéias ali contidas não são pessoais, são universais para aqueles que crêem na Igreja Católica.

⁶ CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. IN: _____. Práticas da Leitura. Trad. Cristiane Nascimento. SP: Estação da Liberdade, 2001, p. 71.

⁷ FOUCAULT, Michel. O que é um autor. 4ª ed. Portugal, Veja/Passagens, 2000.

A questão que deve ser feita constantemente é “Como trabalhar com as encíclicas?”. O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de idéias ou de doutrinas, sempre analisando o contexto da sua produção.

Compartilhando da mesma preocupação de Roger Chartier⁸ em relação à apropriação dos textos, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas⁹ nos informam que é antigo o interesse do historiador nos conteúdos dos documentos que estudam, tomando-os como suportes de informação acerca dos referentes dos textos. Uma atitude desta supõe o postulado implícito, na verdade impossível de sustentar, de que o sentido de um texto é sempre imediatamente perceptível ao lê-lo, ou seja, como se a forma em que o texto se estrutura internamente - sua dimensão discursiva - não seja pertinente a sua análise e uso em história.

A metodologia utilizada é a de analisar o texto contido em duas encíclicas do papa João Paulo II, relacionando-as com a história da Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II. Como optamos em não trabalhar com a história oral, a possibilidade de detectar se as encíclicas são lidas ou não pelos católicos é muito remota, por outro lado, o que nos acarreta um problema é o fato de não conseguirmos provar se o conteúdo moral das encíclicas desencadeia mudanças

⁸ CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. “História e Análise de Textos”. IN: _____ (orgs.). Domínios da história: Ensaios de Teoria e Metodologia. RJ: Campus, 1997, p. 375-399.

notáveis nos comportamentos das pessoas, ocasionando, assim, ao pesquisador, obter constatações horizontais e não verticalizadas.

Deixo claro que a intenção não será recorrer à semiótica¹⁰, o que pretendo é analisar as encíclicas relacionando texto e contexto, buscando os nexos das idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção. Afinal, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.

Helena H. Naganine Brandão¹¹, compartilhando dessa mesma idéia, acredita que a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra nem inocente, por isso a preocupação constante em contextualizar a produção dos discursos, nessa dissertação especificamente, relacionando as idéias que permeiam a sociedade com os ideais da Igreja Católica.

Confirmando esta teoria sobre como analisar discursos, Maria do Rosário V. Gregolin, diz que: “empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu”.¹²

Esta dissertação analisa temas correntes na atualidade, ou seja, do século XX e XXI, para tanto faz-se necessário definir alguns conceitos que são

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ Sobre semiótica: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. “História e Análise de Textos”. IN: _____ (orgs.). Domínios da história: Ensaio de Teoria e Metodologia. RJ: Campus, 1997, p. 375-399.

¹¹ BRANDÃO, Helena. Introdução a análise do discurso. 8ª Edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2002, p.12.

¹² GREGOLIN, M. R. A análise do discurso: conceitos e aplicações. Alfa – Revista de Lingüística. São Paulo: 1995, vol. 39, p. 20.

constantemente referidos no decorrer do texto. Apesar de não ser nosso interesse entrar numa análise aprofundada do fenômeno/conceito modernidade é preciso diferenciá-lo. Comumente chama-se *modernidade* àquele momento, no século XVII, quando o sujeito vai para o início e para o centro do pensamento. Modernidade é um conceito abstrato, é o conjunto de características elaboradas pelos intérpretes desse período histórico da cultura ocidental. Em decorrência desse período nota-se a *cultura moderna*, que é plural, é como os países, regiões e segmentos sociais vivem a modernidade de maneira concreta criam culturas modernas. Surge então a *modernização*, que se refere ao processo de transformação do mundo resultante do crescente conhecimento da tecnologia e seus avanços científicos em todas as áreas.

Outro conceito a definir é o de *moral*. A grosso modo, moral pode ser entendida como um conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos, quer de modo absoluto, quer para grupos ou pessoa determinada. Para o catolicismo a moral católica coordena toda a atividade humana "do ponto de vista das obrigações que empenham diretamente a consciência para Deus"¹³, baseando-se principalmente nos dez mandamentos, garantindo a relação entre Igreja e fiel através do Direito Canônico¹⁴.

¹³ BRODBECK, Rafael Vitola. Aspectos penais das leis moral e canônica. Disponível em: <<<http://www.veritatis.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2005.

¹⁴ Código de Direito Canônico, promulgado pelo Papa Bento XV, sucessor de Pio X, em 27 de maio de 1917, era, de fato, uma organização das leis anteriores, não tendo havido efetivamente uma tentativa de atualização delas. Por isso, as transformações histórico-sociais ocorridas na primeira metade do século XX trouxeram a necessidade de reformar as leis canônicas, com o objetivo de adaptá-las aos novos tempos. Para tanto, em 1963, foi constituída pelo Papa Paulo VI uma nova Comissão com esta finalidade, tendo como presidente o Cardeal Ciriaci. Por expressa recomendação do Sumo Pontífice, o trabalho da Comissão deveria ter o cuidado especial de adequar as leis da Igreja à nova mentalidade e às novas necessidades dos fiéis cristãos nos dias de hoje. Após cerca de vinte anos de trabalho e compondo-se de sete livros, finalmente o atual Código de Direito Canônico foi promulgado pelo Santo Padre o Papa João

Encontram-se elencados abaixo os assuntos trabalhados nos capítulos da dissertação e conseqüentemente nos subcapítulos. No primeiro capítulo desta dissertação, “A Igreja Católica após o Concílio Vaticano II: uma mudança?”, foi feito um breve histórico e uma análise sintética do Concílio Vaticano II. A idéia a ser problematizada é a de que o Vaticano II não foi convocado para propor novos dogmas, mas para reformular a fé em linguagem nova, de maneira compreensível para o fiel. Ocorrido no período de 1962 a 1965, o Concílio, em linhas gerais, procurou estabelecer um diálogo com o mundo moderno. De uma postura de repúdio, de contestação ao avanço científico e tecnológico, ainda dentro do ideal tridentino, a Igreja Católica procurou se adaptar a esse novo mundo por intermédio da discussão dos problemas que ele apresenta ao homem. Além disso, buscou estabelecer um diálogo com seus fiéis por meio de uma reforma espiritual, inspirada em um cristianismo mais ecumênico.

Essas constatações são examinadas após a execução de um estudo sobre a organização burocrática da Igreja, mais especificamente do Vaticano, destacando desde as funções delegadas a cada setor da instituição, até a importância de cada documento produzido pela Igreja.

No segundo capítulo, “João Paulo II e suas Vicissitudes”, o eixo central do questionamento é a discussão das propostas do pontificado de João Paulo II, quais são suas características próprias, seus avanços e recuos na caminhada da Igreja Católica, bem como a importância de seus posicionamentos morais frente

Paulo II, em 25 de janeiro de 1983. Maiores informações em: FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Os Papas de Pedro a João Paulo II. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

aos séculos XX e XXI e os assuntos abordados em suas encíclicas, através dos quais será possível demonstrar a importância da análise destes documentos.

A problemática aqui conduz às seguintes interrogações: Quem lidera a Igreja na realidade, o papa ou uma cúpula? As características pessoais de um papa é fator determinante na liderança da Igreja ou só o será se assim a cúpula eclesiástica consentir?

O terceiro capítulo, “*Veritatis Splendor e Evangelium Vitae*, a sustentação do Pontificado de João Paulo II”, gira em torno da análise dos temas contidos nas encíclicas pré-selecionadas, *Veritatis Splendor e Evangelium Vitae*, constatando os motivos pelos quais foram escritas e o contexto histórico que possibilitou tal fato. Além disso, destaca-se a idéia de que as encíclicas retomam os valores tradicionais do catolicismo no Pontificado de João Paulo II a fim de fortalecer a identidade da Igreja Católica.

CAPÍTULO 1

A IGREJA CATÓLICA APÓS O CONCÍLIO VATICANO II: UMA MUDANÇA?

1.1. O VATICANO E SEU DOMÍNIO

O Cristianismo, considerado uma religião de grande abrangência mundial, esteve presente em muitos acontecimentos políticos, econômicos e culturais do Ocidente. O catolicismo está solidificado numa instituição bastante organizada, a Igreja Católica, cujas atividades internas são pouco conhecidas dos próprios católicos, dos líderes mundiais e principalmente do mundo não-católico. Segundo João Batista Libânio:

A Igreja como Instituição, comporta-se dentro de determinado cenário, num duplo movimento. *Ad intra*, ela organiza sua própria vida. *Ad extra*, tece relações com o mundo político-econômico, cultural e religioso circundante¹⁵.

Todas as Igrejas Católicas estão submetidas às ordens do papado, que as controla através de uma complexa organização, o Vaticano¹⁶. “O Vaticano é uma instituição diferente de qualquer outra, as pessoas da Igreja se assustam com sua grandeza e poderio quando se relacionam com esta instituição.”¹⁷

O Vaticano, ao longo da história, mudou suas estruturas e procedimentos conforme os diferentes papas e as mudanças no ambiente dentro do qual a Igreja operava. “Voluntária ou involuntariamente, o Vaticano é moldado pelo mundo em que ele opera, embora ao mesmo tempo o Vaticano tente moldar este mundo segundo seus ideais e valores.”¹⁸

¹⁵ LIBÂNIO, João Batista. Cenários da Igreja. SP: Edições Loyola, 2000, p. 13.

¹⁶ Durante o pontificado de Pio XI foi assinada uma concordata entre o papa e a Itália fascista de Mussolini, em fevereiro de 1929, que concedia ao papa independência na forma de um minúsculo Estado soberano, a Cidade do Vaticano. Ver: DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, p. 257.

¹⁷ REESE, Thomas. O Vaticano por dentro. Bauru: Edusc, 1998, p. 10.

¹⁸ Id.Ibid. p. 17.

Até que ponto a Igreja Católica levou adiante as reflexões do Concílio Vaticano II, de alguma forma ela direcionou os seus fiéis ou foi direcionada por eles? A questão central deste capítulo concentra-se nesta indagação, pois, através da compreensão deste item, é possível entender os interesses do pontificado de João Paulo II, mais especificamente da Igreja, em reforçar os ensinamentos doutrinários em relação ao aborto, métodos contraceptivos, eutanásia, enfim, sobre as condutas morais.

Para tal análise faz-se necessária uma revisão sobre o funcionamento do Vaticano, sobre as funções delegadas à Cúria Romana e ao sumo pontífice, pois se sabe apenas superficialmente que é designado ao Papa os papéis de bispo de Roma, chefe do Colégio dos Bispos e chefe do Estado da Cidade do Vaticano, sendo que na função de bispo de Roma, ele enfrenta muitos problemas pastorais, como indiferenças religiosas, baixa frequência à igreja, números declinantes de padres e religiosos, entre outros.

A função do papa como chefe do Colégio dos Bispos serve para manter a unidade cristã, que jamais foi fácil na Igreja, não retirando dos outros bispos a autoridade para atuar no governo da Igreja universal, o que ocorre é que estes não podem agir sem a aprovação do papa.

A principal reunião para a Igreja Católica é o Concílio Ecumênico¹⁹, os concílios interferiram na maioria dos aspectos da Igreja, principalmente o Concílio Vaticano II, que em sua teoria buscou reformular vários aspectos da

¹⁹ O bispo de Roma é o detentor do poder supremo e pleno sobre a Igreja inteira e tal poder é exercido de modo solene no concílio ecumênico, o termo ecumênico tem aqui o significado de “geral”, o motivo para sua convocação geralmente é a renovação da vida eclesial, a Igreja enumera a celebração de 21 concílios ecumênicos em toda a sua história. Ver: FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Os Papas: de Pedro a João Paulo II. 5ª ed. Trad. Antônio Estêvão Allgayer. Petrópolis: Vozes, 1999, p.211.

Igreja Católica, mas que na prática poucos foram seus alcances. No caso da ausência de um concílio ecumênico, há o sínodo dos Bispos, que é a voz institucionalizada do Colégio dos Bispos. Segundo João Paulo II, através dos sínodos, os delegados representam suas igrejas locais, sendo este “um instrumento do colegiado a serviço de todas as igrejas locais”²⁰, ainda que ele não se iguale ao concílio ecumênico.

Segundo Sharkey²¹, o sínodo é convocado pelo papa, é ele quem determina as questões a serem discutidas aprovando ou não as resoluções tomadas. Há três tipos de sínodo: o ordinário (o mais comum), o extraordinário e o especial. O sínodo ordinário elege entre um e quatro bispos, dependendo do tamanho da conferência, há também eleições de delegados, cujo caráter democrático é preservado. O sínodo extraordinário é o menos comum, podendo ser convocado rapidamente para tratar de questões imediatas da Igreja. Os sínodos especiais são realizados para tratar de questões de uma região ou nação, eles não precisam ser realizados em Roma, mas geralmente o são.

O sínodo não tem apresentado comentários críticos dirigidos ao papa ou à cúria, seus membros não têm feito sugestões novas ou criativas para o papa, ele tornou-se tanto uma maneira do papa e da Cúria influenciarem os delegados, quanto uma maneira de as Igrejas locais aconselharem o papa²².

²⁰ REESE, Thomas. O Vaticano por dentro. Bauru: Edusc, 1998, p. 64.

²¹ SHARKEY, Don. Fumaça Branca sobre o Vaticano. 2ª Ed. Trad. Mário Rangel. RJ: Irmãos Di Giorgio & Cia Editores, 1955, p. 53.

²² REESE, Thomas. O Vaticano por dentro. Bauru: Edusc, 1998, p. 65.

Na teoria, os bispos podem dizer qualquer coisa que queiram no sínodo, mas não é o que acontece na prática, pois eles tendem a ser obedientes ao papa e às suas opiniões e isso afeta todo o processo do sínodo.

João Paulo II, além do sínodo dos Bispos, usou o Colégio dos Cardeais como um corpo consultório que se reúne em Roma para o aconselhar. A função de maior importância do Colégio dos Cardeais²³ é a de eleger o papa, quando isso ocorre, é convocado um conclave e, quando vão aconselhar um papa, é convocado um consistório.

Nos séculos XIV e XV, o poder do papa foi limitado e o dos cardeais, aumentado. O consistório era usado como um instrumento de governo, que chegou ao fim quando os papas consolidaram seu poder sobre os cardeais, sendo, posteriormente, transformado em eventos formais para a canonização de santos e a consagração de cardeais.

A função mais importante dos cardeais continua sendo, apesar de tudo, eleger um novo papa, este deve ficar no cargo até morrer ou renunciar. Se um papa ficar doente, pode indicar alguém de sua confiança para substituí-lo, como o secretário de Estado ou seu secretário pessoal. “Atualmente não há nenhum procedimento canonicamente aceitável para afastar um papa mentalmente doente ou senil”.²⁴ A Igreja precisa de um procedimento bastante convincente para conseguir afastar um papa em circunstâncias extremas, tal procedimento exige o

²³O Colégio dos Cardeais, em determinada época, passou a ser visto como uma espécie de senado da Igreja, mas o Código de Direito Canônico (1983) pôs fim ao termo “senado” e passou a se referir aos cardeais como sendo um “Colégio especial”.

²⁴ REESE, Thomas. O Vaticano por dentro. Bauru: Edusc, 1998, p. 114.

amplo consenso de que o afastamento do papa seja necessário para o bem da Igreja.

Na realização de uma eleição papal, os cardeais curiais possuem mais vantagens, pois existe uma probabilidade maior de serem políglotas do que os outros diocesanos, eles não precisam viajar para o conclave, pois conhecem o Vaticano e compreendem melhor a política eclesiástica. Atualmente, a internacionalização da Cúria reduziu as chances dos cardeais curiais atuarem como um bloco unificado, mesmo assim, alguns continuam tendo influência na escolha do novo papa. As características fundamentais exigidas para um grande eleitor de um conclave, nos dias de hoje, são: conhecimento de línguas, respeito aos colegas e disposição para executar a política papal.

Para ter a chance de ser eleito papa, o candidato deve, em primeiro lugar, conseguir uma maioria absoluta de votos após a realização de trinta escrutínios; em segundo lugar, deve ser políglota, tendo que saber italiano; em terceiro lugar, não pode haver um constrangimento público e nada pode denegrir sua imagem e conduta; em quarto lugar, sua idade deve ser de 60 a 65 anos; em quinto lugar, é importante também a nacionalidade (cerca de 78% dos papas têm sido italianos); em sexto lugar, é considerado se a atuação do candidato é na Cúria Romana ou se ele é um arcebispo residente.

A Cúria Romana é uma burocracia que possui uma importância fundamental na vida da Igreja Católica, é ela quem escolhe os candidatos à ordenação episcopal, estabelece as políticas relacionadas ao casamento de

católicos divorciados, decide as orações a serem usadas na missa e determina a posição do Vaticano com relação à dívida do Terceiro Mundo.

Para ajudar o papa em sua administração, foram criados cargos como, por exemplo, o de datário (funcionário responsável pela datação adequada dos documentos papais, entre outras funções). Havia também os secretários, que posteriormente passaram a ser escolhidos entre os cardeais, o secretário de Estado passou a ser o conselheiro mais poderoso do papa.

O papa não pode governar a Igreja sozinho, por isso, depende do auxílio da Cúria Romana, cujos membros são escolhidos por ele ou herdados de seus predecessores, governando durante cinco anos. Como servidores civis de um governo, eles reúnem e processam informações, preparam memorandos, respondem a correspondência, fazem minutas de documentos e discursos, aconselham o papa, executam suas resoluções e tomam decisões sobre questões que o papa não pode acompanhar.

A equipe profissional dos Conselhos Pontifícios e as Congregações são, em sua maioria, padres da Cúria, ou seja, “homens solteiros que tiveram a formação intelectual e espiritual normal dos padres em um seminário”.²⁵ Os padres que trabalham na Cúria podem ser divididos entre carreiras de longo prazo e planejadores que exercem o trabalho por cinco ou dez anos.

A burocracia do Vaticano é presidida pelo papa, que supervisiona e controla as pessoas que trabalham nas Congregações, conselhos Pontifícios e outros serviços, seu êxito na direção da Cúria depende de suas habilidades e experiência. O papa tem outras coisas para fazer, como viajar pelo mundo,

reunir-se com pessoas de fora da Cúria, escrever e falar, porém, ele recebe ajuda da Secretaria de Estado para controlar a Cúria.

Depois do papa, o secretário de Estado é a pessoa mais importante do Vaticano, pois ele coordena o trabalho da Cúria e o trabalho do papa. O “sostituto” é um arcebispo, é a pessoa chave na administração e o único que pode desafiá-lo por ser o secretário particular do papa.

A Cúria Romana é o governo central da Igreja católica, ela distribui os serviços em várias Congregações, onde a autoridade destas é delegada pelo papa e suas decisões são ratificadas. Também existem diversas Congregações, como por exemplo, a *Sagrada Congregação para os Bispos*; a *Sagrada Congregação para as Igrejas Orientais*; O *Conselho para os Negócios Públicos da Igreja*; a *Sagrada Congregação para a Disciplina dos Sacramentos*; a *Sagrada Congregação para o Clero*; para os *Religiosos*; para a *Evangelização dos povos*; para os *Santos* e para a *Educação Católica*. No entanto, existe uma que pode ser considerada muito importante, A *Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé*, a qual era conhecida até 1966 como o Santo Ofício e a Inquisição²⁶, cujo ex-prefeito, antes nomeado por João Paulo II, é o atual líder da Igreja Católica, o Cardeal Joseph Ratzinger.

As congregações respondem por assuntos específicos, como se pode notar através dos seus enunciados, já as questões gerais, de ordem doutrinárias, são resolvidas nos Concílios Ecumênicos. Nos vinte e um séculos houve vinte e um

²⁵ REESE, Thomas. *O Vaticano por dentro*. Bauru: Edusc, 1998, p. 211.

²⁶ Não deve ser confundida com a Inquisição espanhola, órgão da Coroa. O Santo Ofício foi criado pelo papa Inocêncio III no começo do século XIII. Sua finalidade é defender a pureza do ensinamento católico na fé e na moral. Por exemplo, ela compilava um índice de livros proibidos, ela também era um tribunal para o julgamento de heresias; e o próprio papa era seu prefeito.

concílios da Igreja Católica, esses concílios são assembléias, para as quais todos os bispos são convidados, embora não seja essencial que todos compareçam, organizadas com a função de “renovar a vida eclesiástica”²⁷.

As decisões formuladas pelos padres do Concílio são conhecidas, às vezes, como decretos, e outras, como cânones. Geralmente, eles afirmam primeiro a doutrina católica e depois condenam os erros que ela refuta. Os decretos da Igreja em Concílio possuem autoridade, mas esta permanece incompleta até que recebe o selo da confirmação papal, assim, um Concílio Ecumênico, presidido pessoalmente pelo papa, terá claramente autoridade total e infalível quando definir doutrinas.

O Concílio de Trento, por exemplo, convocado no século XVI para esclarecer doutrinas que haviam sido postas em dúvida durante a reforma, sintetizou seu ensino no famoso Catecismo do Concílio de Trento. Em 1917, sob a direção papal, as leis disciplinares da Igreja foram revistas e publicadas num volume conhecido como Código de Direito Canônico, que foi reformulado pelo papa João Paulo II em 1983. Já o Concílio Vaticano I²⁸ concentrou-se na questão da infalibilidade papal. “No que respeita à questão da infalibilidade o concílio proclamou que o poder da papa é o poder de jurisdição mais alto sobre a Igreja universal em questões de fé, de costumes e de governo da Igreja”²⁹.

²⁷ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Os Papas de Pedro a João Paulo II. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 211.

²⁸ Convocado por Pio IX em 1869, e durou até 1870 quando foi adiado pelo papa devido a guerra franco-alemã do mesmo ano.

²⁹ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Os Papas de Pedro a João Paulo II. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 238.

1.2. CONCÍLIO VATICANO II E SUAS PROPOSTAS

Num primeiro momento, nos indagamos sobre o conhecimento referente ao Concílio Vaticano II: Qual a compreensão que se tem deste concílio? Qual o seu desenrolar, seu alcance e suas possíveis mudanças no direcionamento da Igreja?

Segundo Giuseppe Alberigo³⁰, em 25 de janeiro de 1959, João XXIII anuncia a decisão de convocar um Concílio geral para a Igreja universal, a menos de 90 dias de sua eleição como sucessor de Pio XII. Os cardeais aceitaram o anúncio com um impressionante silêncio, pois o conclave elegera Roncalli confiando que seria um pontificado de transição, ou seja, “breve e destinado a amortecer serenamente os traumas do longo e dramático reinado de Pio XII”, segundo os autores Gordon Albion e Robert Nowel³¹.

Esse fato intrigou a maioria da hierarquia eclesiástica: quem era este papa que em menos de cem dias de seu pontificado chama o catolicismo para uma análise convocando um concílio?

Faz-se necessário aqui explicitar um pouco sobre o papa João XXIII, que surpreendeu a Cúria Romana com a convocação de um concílio ecumênico. Ângelo José Roncalli, patriarca de Veneza, italiano, nascido em Sotto il Monte em 25 de novembro de 1881, João XXIII, diz ter decidido por um concílio devido a uma inspiração divina, um lampejo de luz suprema³².

³⁰ ALBERIGO, Giuseppe (dir) e BEOZZO, José Oscar (coord). “O Catolicismo rumo à nova era. O anúncio e a preparação do Vaticano II: 01/1959 – 10/1962”. Volume I. IN: _____. História do Concílio Vaticano II. Trad. João Rezende Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 23.

³¹ Na história papal, não é incomum os cardeais procurarem fazer com que um longo pontificado seja seguido de um pontificado breve, escolhendo-se, pois, como papa, um homem de idade avançada. Ver: ALBION, Gordon e NOWEL, Robert. A Igreja no Mundo moderno. IN: Nova Enciclopédia Católica. Volume 4. RJ: Editora Renes, 1969, p. 305-416.

³² Palavras de Giuseppe Alberigo. Giuseppe Alberigo (direção) e José Oscar Beozzo (coordenador da edição brasileira). “O catolicismo rumo à nova era. O anúncio e a preparação do vaticano II: janeiro de

A convocação do novo concílio é fruto de convicção pessoal do papa, lentamente sedimentada em seu espírito, encorajada também por outros e, enfim, tornada decisão autorizada e irrevogável no trimestre sucessivo à eleição ao pontificado. Uma decisão livre independente, como talvez jamais se tenha verificado na história dos concílios ecumênicos ou gerais. Uma convocação que não se fez preceder por tratativas diplomáticas nem por consultas formais eclesiais, que, portanto, tomou a todos de surpresa: amigos e adversários, dentro e fora da igreja Católica, tanto no vértice como na base. Um ato desconcertante, fadado a permanecer estéril ou a ser julgado até mesmo como ‘decisão precipitada’³³.

Hannah Arendt nos apresenta um fato interessante ao afirmar que João XXIII era conhecido de poucos:

Quando entrou no conclave, não fazia parte dos papabile; os alfaiates do Vaticano não tinham preparado nenhum paramento adequado a suas medidas. Foi eleito porque os cardeais não conseguiam chegar a um acordo e estavam convencidos, como ele próprio escreveu, de que seria um papa provisório e transitório, sem maiores conseqüências. O que é estarrecedor não é que ele não estivesse entre os papabile, mas que ninguém tivesse consciência de quem ele era, e tenha sido eleito porque todos o considerassem uma figura sem maiores conseqüências.³⁴

1959 a outubro de 1962”. Volume I. IN: _____. História do Concílio Vaticano II. Trad. De João Rezende Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 30.

³³ Id. Ibid. p. 31

³⁴ Em seu livro: ARENDT, Hannah. “Angelo Giuseppe Roncalli: um cristão no trono de São Pedro de 1958 a 1963”. IN: _____. Homens em Tempos Sombrios. Trad. Denise Bottmam. SP: Cia das Letras, 1987, p. 57.

Georges Suffert não compartilha do mesmo pensamento, pois considerava João XXIII como um dos integrantes dos papabiles durante sua eleição.³⁵

No entanto, há outros papabile. O monsenhor Roncalli, patriarca de Veneza, está entre eles. Se Montini não se destacar nitidamente ao longo dos primeiros escrutínios, admite-se que Roncalli pode ter alguma chance: ele é doce, tranquilo, cheio de humor. Afirma-se que a política o aborrece um pouco... Meses mais tarde, dirá que foi escolhido essencialmente por causa de sua idade avançada: desejava-se um papa de transição que não durasse muito³⁶.

Para James A. Corbett³⁷, a expectativa durou pouco, pois aqueles que pensavam, de boa ou má fé, que João XXIII seria um papa de transição, de poucos anos e escassas iniciativas se desenganaram. De uma maneira misteriosa e eficaz, o novo papa conseguiu a simpatia e admiração de muitos.

O Concílio Vaticano II transitou entre o moderno e o tradicional. A novidade da “cultura de massa”, devido aos meios de comunicação, fez com que o concílio fosse televisionado, ao mesmo tempo em que se utilizou o latim, considerado a língua da Igreja, particularmente adaptada para expor os conceitos da doutrina e as normas da disciplina. Essa decisão em favor do latim como língua oficial do concílio foi significativa; os argumentos para retê-lo foram seu valor como instrumento de unidade e exatidão doutrinal e também devido à praticidade. A escolha do latim “também servia para limitar o grau em que

³⁵ Durante o conclave de 1958 a disputa dos nomes dos cardeais girava em torno de Angelo Roncalli (João XXIII) e Giovanni Battista Montini (futuro Paulo VI).

³⁶ SUFFERT, Georges. *Tu És Pedro: Santos, Papas, Profetas, Mártires, Guerreiros, Bandidos. A História dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Trad. Adalgisa Campos da Silva. RJ: Objetiva, 2001, p. 453.

³⁷ CORBETT, James A. *História de Los Papas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1967, p. 149.

muitos dos bispos seriam capazes de participar nos debates conciliares ou mesmo entendê-los”.³⁸

Conforme Peter Burke e Roy Porter³⁹ o latim foi a língua oficial da Igreja católica Romana durante a maior parte de sua história, não apenas na liturgia, mas como a língua oficial do governo papal, dos tribunais eclesiásticos, das visitas episcopais, dos sínodos, e as encíclicas dos papas aos fiéis eram e são escritas em latim, como nos lembram seus títulos. Claro que isso sempre gerou controvérsias, “é óbvio as desvantagens de se tentar comunicar com toda a população da Cristandade em uma língua entendida pela minoria”⁴⁰.

Esse fato demonstra às pessoas o pouco interesse da Igreja em compartilhar seus conhecimentos com seu público interno, permanecendo uma instituição fechada, longe de ser do povo, mas sim para o povo. A Igreja define sua doutrina, mas se esquece de repassar de um modo mais compreensível para seus fiéis, tornando, assim, seus documentos de difícil acesso, como ocorreu com os debates conciliares, pois a população sabia da grandiosidade do evento para a Igreja devido à televisão e aos comentários, mas muito pouco se sabia sobre o seu real significado e respectivas discussões.

O papa João XXIII descreveu o Concílio Vaticano II como “destinado a renovar a vida da Igreja, de modo a preparar um convite para que os cristãos separados voltassem à unidade desta”.⁴¹ Segundo Pe. José Oscar Beozzo⁴², esse

³⁸ REESE, Thomas. O Vaticano por Dentro. Bauru: Edusc, 1998, p. 215.

³⁹ BURKE, Peter & PORTER, Roy. Linguagem, Indivíduo e Sociedade. Trad. Álvaro Luiz Hattnher. SP: UNESP, 1993, p. 43.

⁴⁰ Id. Ibid. p. 44.

⁴¹ Informações retiradas de: ALBION, Gordon e NOWEL, Robert. A Igreja no Mundo moderno. IN: Nova Enciclopédia Católica. Volume 4. RJ: Editora Renes, 1969, p. 389.

período foi o mais fecundo para a história da Igreja universal, latino-americana e brasileira.

A nível da Igreja Universal, o acontecimento maior foi a inesperada primavera que a convocação do Concílio provocou, florescendo em caminhos de ecumenismo e diálogo com as demais religiões e os não-crentes, em ‘aggiornamento’ da vida e das estruturas pastorais da Igreja, de seu serviço ao mundo e de sua reflexão teológica.⁴³

Segundo Rudolf Fischer-Wollpert, as metas de João XXIII eram principalmente: “o desenvolvimento da fé católica, a renovação da vida cristã dos fiéis, a adaptação da disciplina eclesiástica às exigências da época presente”⁴⁴, cujas metas resumiam-se numa única palavra “aggiornamento”, que em português significa adaptação, ou seja, a Igreja católica necessitava ao seu ver adaptar-se ao mundo atual.

Certamente, João XXIII⁴⁵ não era radical, sua teologia e sua devoção eram extremamente tradicionais, no entanto, conhecia o mundo moderno e não o temia, e nada tinha de convencional: detestava o solidéu branco usado pelos papas e utilizou o barrete vermelho de arminho visto nos retratos dos papas do Renascimento. Ao calor de sua humanidade transbordante, derreteram-se as barreiras glaciais erguidas entre a Igreja e o mundo.⁴⁶

⁴² BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

⁴³ Id. Ibid. p. 07.

⁴⁴ FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Os Papas de Pedro a João Paulo II. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 239.

⁴⁵ João XXIII repensa velhos temas. Sua primeira encíclica, *Mater et Magistra*, publicada em 1961, elogiou o Estado social, e pediu às nações ricas que ajudassem as pobres. Sua última encíclica, *Pacem in Terris*, publicada na Quinta-feira Santa de 1963, estava caracteristicamente dirigida não aos bispos, mas “a todos os homens de boa vontade”.

⁴⁶ Esta necessidade em melhorar a imagem da Igreja perante o mundo se deve pela suspeita recaída sobre Pio XII, acusado de omitir atrocidades cometidas pelo nazismo. DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, p. 267-268.

Para a surpresa geral, menos de três meses após sua eleição, o papa anunciou a convocação de um concílio, pois

Concebida o concílio não como um desafio e uma oposição ao mundo às demais igrejas, mas como uma fonte de renovação pastoral e de reconciliação entre os cristãos e com o mundo mais amplo. Segundo suas palavras, era tempo de *aggiornamento*, de atualização, palavra que aos ouvidos conservadores soava tão suspeita quanto “modernismo”.⁴⁷

Durante o concílio, a imprensa pediu insistentemente para que os católicos não vissem o concílio apenas como um espetáculo grandioso, mas sim participassem dele e se sentissem pertencentes à Igreja neste momento.

Muitos viram no Concílio Vaticano II características nunca vistas antes, em outros concílios na história da Igreja nunca uma preparação foi tão sistemática, nunca um temário foi tão vasto e nunca nenhum outro concílio contou com número tão grande de bispos (mais de 200), de todas as etnias e culturas.⁴⁸

A escolha do Concílio Vaticano II como ponto inicial para nossa reflexão provém do fato dele ser considerado um marco na história da Igreja, como se observa nas características ressaltadas, uma vez que a partir dele busca-se estabelecer uma certa ruptura com relação ao momento anterior, caracterizado por uma Igreja Católica que via no “ideal tridentino a alternativa de unificação

⁴⁷ DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, p. 271.

⁴⁸ Afirmações encontradas em : “1962: ano do XXI Concílio Ecumênico”. IN: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v. XXII, março de 1962, fasc. 1. Neste período a revista era dirigida pelo Frei Boaventura Kloppenburg.

institucional e religiosa, num mundo em que esses dois aspectos eram um tanto quanto divergentes.”⁴⁹

João solicitou a orientação de Montini e do cardeal belga Suenens. Eles achavam que o concílio devia concentrar-se na natureza do papel da Igreja, que seu caráter tinha de ser ecumênico, sua visão, pastoral, não burocrática, que era preciso renovar a liturgia e restaurar a noção da colegialidade na Igreja, ou seja, da responsabilidade compartilhada dos bispos com o papa, abandonando a idéia de uma monarquia papal isolada. Estava na hora de a Igreja reconsiderar todas essas questões na confiança da fé e com os olhos abertos para o que o papa chamava de “sinais do tempo”⁵⁰.

A designação do Vaticano II, de que a responsabilidade da Igreja a partir dele seria ler os "sinais do tempo", refletiria uma necessidade de pensar a instituição e a sociedade dentro de um prisma histórico.

Ao afirmar o papel da Igreja enquanto instituição inserida na história, o Vaticano II criou condições para que a história fosse usada como parâmetro da análise da realidade. Esse movimento fez com que vários setores do clero pudessem avaliar seu papel na sociedade e qual a maneira mais eficaz da Igreja Católica defender os direitos humanos.⁵¹

Diante de tal situação, os setores mais conservadores optariam por um discurso de condenação das injustiças, publicando documentos de críticas ou até de repúdio a algumas posturas das classes dominantes (o que se tornou mais

⁴⁹ DAVID, Solange Ramos de Andrade. O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980). Tese de Doutorado, Dr. Sidinei Galli. Assis: UNESP, 2000.

⁵⁰ DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, p. 272.

⁵¹ DAVID, Solange Ramos de Andrade. O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980). Tese de Doutorado, Dr. Sidinei Galli. Assis: UNESP, 2000, p. 28.

visível nos documentos publicados pelo papa João Paulo II), enquanto os setores mais progressistas, além do discurso, promoveriam ações sociais, se engajariam em movimentos sociais para a mudança da realidade.

A partir de 1959, o papa João XXIII convocou membros da Igreja para a discussão sobre o XXI Concílio Ecumênico, denominado Concílio Vaticano II, que repensou o papel tradicional dos leigos dentro da Igreja e seu desenvolvimento como povo de Deus. “Este concílio, que durou de 1962 a 1965, inaugurou uma nova fase da Igreja que se voltou para as questões sociais que envolvem a sociedade moderna”⁵².

Na década de 1960, a Igreja, percebendo a sua pequena penetração na vida da população, reavalua sua posição frente a situações de injustiça social, que fazem parte da vida cotidiana de grande parte da população mundial.

Para satisfazer as exigências da justiça e da equidade, deve-se esforçar vigorosamente para que, respeitando-se os direitos das pessoas e o caráter próprio de cada povo, se suprimam, o mais depressa possível, as acentuadas diferenças econômicas–sociais que hoje existem e crescem com frequência ligadas à discriminação individual e social.⁵³

No Vaticano II não existiu discussão específica sobre o pluralismo religioso, mas se reconheceu a positividade das religiões. Além disso, foi aberta uma via de análise que valorizava o leigo e, principalmente, o Povo de Deus, preferencialmente o pobre, pois seu principal intuito era o de ser considerado um concílio pastoral. O tema das outras tradições religiosas é discutido nos Decretos

⁵² VIER, Frederico (org.). Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1998.

⁵³ Id. Ibid. p. 421.

sobre a atividade missionária da igreja (*Ad Gentes*) e do apostolado dos leigos (*Apostolicam Actuositatem*).

É num contexto conturbado de dinâmica conciliar, com oposição de alguns setores, que surgem discussões sobre as tradições religiosas e o diálogo inter-religioso.

A propósito do tema das religiões, o contexto teológico católico do período refletia de forma dominante uma perspectiva particular de abordagem que considerava o cristianismo como ponto culminante, de remate, dos valores positivos presentes nas outras tradições religiosas. Nesta perspectiva, só o cristianismo poderia ser considerado a única e verdadeira religião revelada.⁵⁴

No Compêndio do Vaticano II, mais especificamente na introdução geral, escrita pelo Frei Boaventura Kloppenburg, fica clara a necessidade de sintonizar a Igreja com o momento em que esse compêndio é formulado. As intenções fundamentais do Concílio foram:

I. Ser um Concílio pastoral, de acordo com o papa João XXIII,

Sempre a Igreja se opôs aos erros; muitas vezes até os condenou com severidade. Nos nossos dias, porém, a Esposa de Cristo prefere usar o remédio da misericórdia que o da severidade: julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade de sua doutrina que condenando erros.⁵⁵

⁵⁴ TEIXEIRA, Faustino. “O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso”. IN: GONÇALVES, P. S. Lopes & BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). Concílio Vaticano II: Análise e Perspectivas. SP: Paulinas, 2004, p. 275.

⁵⁵ VIER, Frederico (org.). Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 08.

Dessa maneira, a linguagem utilizada pela Igreja deveria ser clara na expressão e na formulação, ou seja, deveria ser apresentada de modo acessível, assimilável, através de uma linguagem clara, simples, suscetível de ser recebida, compreendida pelos homens e adaptada à mentalidade moderna. Não seria a doutrina que deveria ser adaptada, mas sua apresentação.

É preciso exprimir a mensagem de Cristo através dos conceitos e linguagens dos diversos povos e adaptar o evangelho na medida do possível à capacidade de todos e às exigências dos sábios... Esta maneira apropriada de proclamar a palavra revelada deve permanecer como lei de toda a evangelização.⁵⁶

II. O Vaticano II quis ser um Concílio "Ecumênico" (no sentido tradicional de "universalidade" ou "catolicidade"), visando, sobretudo, favorecer a unidade cristã.

No programa de abertura do Concílio, João XXIII anunciou formalmente que uma das grandes finalidades do encontro seria a união dos cristãos, e que seria necessária a existência de algumas regras a serem observadas para que o texto conciliar fosse redigido "em estilo mais ecumênico".

III. O Vaticano II quis ser um Concílio doutrinário, nem a índole pastoral, nem o caráter ecumênico excluirião uma intenção doutrinária. A inquietação pastoral e ecumênica girava não em torno de doutrinas, mas sim da maneira como ela deveria ser apresentada. Paulo VI afirmava:

A terceira Sessão do Concílio Ecumênico propõe-se esta questão como uma das principais: investigar e declarar a doutrina relativa à

⁵⁶ Id. Ibid. p. 11.

natureza e à missão da Igreja... Assim este solene sínodo, apresentar-se-á como a continuação do concílio Vaticano I.⁵⁷

IV. O Concílio Vaticano II quis ensinar autenticamente, isto é, com autoridade divina.

Há quem se pergunte que autoridade, que qualificação teológica o Concílio quis atribuir aos seus ensinamentos, pois bem se sabe que ele evitou dar solenes definições dogmáticas envolventes da infalibilidade do Magistério Eclesiástico. A resposta é conhecida, se nos lembrarmos da declaração conciliar de 06 de março de 1964: dado o caráter pastoral do Concílio, evitou este proclamar em forma extraordinária dogmas dotados da nota de infalibilidade. Todavia, conferiu a seus ensinamentos a autoridade do supremo Magistério ordinário.⁵⁸

O Concílio publicou dois importantes documentos sob a forma jurídica de Constituições dogmáticas: uma sobre a Igreja (Lumen Gentium), outra sobre a revelação divina (Dei Verbum). Ao todo, são 16 Documentos do Concílio.

Tabela 01 – Documentos do Concílio Vaticano II (1962)

Nº Documento	Título do Documento	Assuntos abordados
1º	<u>Lumen Gentium</u>	Constituição dogmática sobre a Igreja, sobre a sua natureza e missão universal;
2º	<u>Dei verbum</u>	Constituição dogmática, sobre a revelação Divina;
3º	<u>Gaudium et Spes</u>	Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, sobre os problemas de nosso tempo;
4º	<u>Sacrosanctum</u>	Constituição sobre a Sagrada Liturgia;

⁵⁷ Id. Ibid. p. 16.

⁵⁸ Id. Ibid. p. 31.

	<u>Concilium</u>	
5º	<u>Unitatis</u> <u>redintegratio</u>	Decreto sobre o Ecumenismo;
6º	<u>Orientalium</u> <u>Ecclesiarum</u>	Decreto sobre as Igrejas Orientais Católicas;
7º	<u>Ad Gentes</u>	Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja;
8º	<u>Christus Dominus</u>	Decreto sobre o Munus Pastoral dos Bispos na Igreja;
9º	<u>Presbyterorum</u> <u>Ordinis</u>	Decreto sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros;
10º	<u>Perfectae Caritatis</u>	Decreto sobre a Atualização dos Religiosos;
11º	<u>Optatam Totus</u>	Decreto sobre a Formação Sacerdotal;
12º	<u>Apostolicam</u> <u>Actuositatem</u>	Decreto sobre o Apostolado dos Leigos;
13º	<u>Inter Mirifica</u>	Decreto sobre os Meios de Comunicação Social;
14º	<u>Gravissimum</u> <u>Educationis</u>	Declaração sobre a Educação Cristã;
15º	<u>Dignitatis</u> <u>Humanae</u>	Declaração sobre a Liberdade Religiosa;
16º	<u>Nostra Aetate</u>	Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não-Cristãs.

FONTE: VIER, Frederico (org.). Compêndio do vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 17 e 18.

A Declaração *Dignitatis humanae*, sobre a liberdade religiosa, foi das mais calorosas⁵⁹ no concílio e talvez tenha sido o documento conciliar mais discutido e o que sofreu o maior número de transformações. Os princípios presentes nesta Declaração constituem um pressuposto essencial e estruturante para a dinâmica ecumênica e inter-religiosa, levada a efeito pela Igreja Católica Romana nos anos posteriores.

⁵⁹ Ver: FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Os Papas de Pedro a João Paulo II. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 240.

Esta declaração forneceu uma análise importantíssima para o horizonte da consciência católico-romana, tendo contribuído de forma decisiva para a mudança de atitude com respeito às outras tradições religiosas.⁶⁰

Em todos os documentos publicados após o Vaticano II, é sempre recorrente a solicitação, tanto do papa quanto dos Bispos, de que a Igreja Católica, por intermédio de seus membros, conheça a realidade na qual se insere para desenvolver estratégias que tornem sua presença cada vez mais efetiva.

O Concílio Vaticano II, em sua teoria, procurou se adaptar ao desenvolvimento do mundo por intermédio da discussão dos problemas que este apresenta ao homem, restabelecendo um diálogo com seus fiéis por meio de uma reforma espiritual, inspirada num cristianismo mais evangélico, e também no ecumenismo. O Concílio e o pós-concílio eram apreciados como uma etapa de abertura, de renovação, de maior liberdade e de maior compromisso da Igreja para com os pobres. “O Vaticano II levantara muita esperança. Percebeu-se, nos anos seguintes, que deixara de lado muitos problemas.”⁶¹

1.3. O QUE PERMANECE DO CONCÍLIO VATICANO II?

Os cinco anos de João XXIII foram produtivos, porém, sua eleição se deu num restritíssimo círculo de pessoas, levando à pergunta: quem era aquele papa? Poucas pessoas se recordam dele, pois pouco viajou e pouco se posicionou perante as câmeras, diferentemente de João Paulo II, uma figura que esteve e

⁶⁰ TEIXEIRA, Faustino. “O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso”. IN: GONÇALVES, P. S. Lopes & BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). Concílio Vaticano II: Análise e Perspectivas. SP: Paulinas, 2004, p. 278.

permanece em todas as mentes dos cristãos, podendo ser pelas suas longas e inúmeras viagens ou pelas muitas horas que apareceu nas televisões de todos os lares.

Aproximadamente 900 milhões de pessoas, o maior coletivo isolado que o mundo já conheceu, têm no papa um líder espiritual. Sua dignidade simboliza o próprio governo divino de seus corações, mentes e consciências. As palavras dos Sumo Pontífice pesam nos salões do poder e nas alcovas dos fiéis. E o papado é a mais antiga instituição humana e provavelmente a mais influente.⁶²

Após o curto, mas agitado pontificado de João XXIII, esperava-se muita coisa de Paulo VI⁶³, principalmente a seqüência do Concílio Vaticano II. Coube a ele dirigir o concílio à bem-sucedida conclusão dos trabalhos.

As transformações do catolicismo que emanaram do concílio foram poucas, algumas notáveis e, para muitos, inexplicáveis. Uma liturgia outrora vista como intemporal, bela e sacrossanta, cuja universalidade era garantida pela vestimenta exótica e o latim sussurrado ou cantado na qual era celebrada, aparecia agora no habitual e moderno vernáculo, ao som de guitarras e baterias. Essas mudanças se deram com o Decreto sobre a liturgia, *Sacrosanctum Concilium*,

que estabeleceu uma série de princípios que haveriam de transformar o culto dos católicos romanos, introduzindo o vernáculo no lugar do latim, estimulando a maior simplicidade e participação do laicato.⁶⁴

⁶¹ SUFFERT, Georges. Tu és Pedro. Santos, Papas, Profetas, Mártires, Guerreiros, Bandidos. A História dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Trad. Adalgisa Campos da Silva. RJ: Objetiva, 2001, p.462.

⁶² DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, prefácio.

⁶³ Com uma espécie de inevitabilidade, Giovanni Battista Montini, filho de um político da classe média do Partito Popolare de Brescia, foi eleito para suceder João no dia 21 de novembro de 1963, tomando o nome de Paulo VI (1963-1978).

Paulo VI realizou a reconstituição da Cúria, aumentando assim o número de membros do Colégio dos Cardeais e, para o funcionamento prático do Vaticano, iniciou uma política das grandes viagens. Saindo do enclausuramento dos outros papas, abrindo uma porta que João Paulo II usou exacerbadamente.

Na visão de Georges Suffert⁶⁵, as duas encíclicas publicadas nessa época, *Ecclesiam Suam* (1964) e *Populorum Progressio* (1967), tiveram uma repercussão apenas limitada. No entanto, para Eamon Duffy⁶⁶, a encíclica *Populorum Progressio* foi considerada radical a respeito da justiça social, denunciando o liberalismo econômico irrestrito como um sistema gerador de miséria. Essa encíclica agradou muitos teólogos e pastores do Terceiro Mundo e credenciou Paulo VI como “progressista”.

Existia, porém, uma controvérsia nos pensamentos de Paulo VI, pois ele comprometeu-se fervorosamente com o concílio e a renovação pastoral da Igreja, mas também acreditava com o mesmo fervor no primado papal e temia comprometê-lo.

Por mais que acreditasse na Igreja do Segundo Concílio, por mais que patrocinasse sinceramente a colegialidade episcopal, ele fora formado na Igreja do Vaticano Primeiro e nunca abandonou a arrogante e solitária visão da autoridade papal que subjazia à doutrina do concílio anterior.⁶⁷

⁶⁴ DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, p. 274.

⁶⁵ Em seu livro: SUFFERT, Georges. Tu és Pedro. Santos, Papas, Profetas, Mártires, Guerreiros, Bandidos. A História dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Trad. Adalgisa Campos da Silva. RJ: Objetiva, 2001, p. 466.

⁶⁶ DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, p. 276.

⁶⁷ Id. Ibid. p. 279.

A colegialidade episcopal foi sendo prejudicada no decorrer dos anos do pontificado de João Paulo II, que pouco espaço concedeu aos bispos e presbíteros da Igreja, no entanto, um outro ponto muito discutido no Concílio Vaticano II: o ecumenismo foi sendo colocado em prática, a partir de Paulo VI como uma política católica.

Segundo Libânio⁶⁸, depois de viver o espírito primaveril do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica mergulhou, nos anos 80, num rigoroso inverno que reforçou a disciplina interna e a centralização. Para Agenor Brighenti

A pós-vaticanidade como antivaticanidade se caracteriza por um desencanto pela vaticanidade. Para a antivaticanidade é quase uma ironia histórica que o Concílio Vaticano II tenha começado a desenvolver sua teologia dos “sinais dos tempos” na euforia do desenvolvimento e das possibilidades ilimitadas da técnica, num momento em que os intérpretes mais críticos da época, desde há muito, já haviam posto à luz do dia a dialética negativa da modernidade. Por isso, ainda, que tarde, para a antivaticanidade é preciso denunciar o mito Vaticano II. Prova disso são seus ideais acenados e suas expectativas despertadas não realizadas. O Vaticano II se disse respeitoso do direito de liberdade religiosa; entretanto, como levar esse direito à prática sem expor a Igreja a uma condição de debilidade frente às demais religiões.⁶⁹

⁶⁸ LIBÂNIO, João Batista. A Volta a Grande Disciplina. SP: Loyola, 1984, p. 29

⁶⁹ BRIGHENTI, Agenor. A Igreja do Futuro e o Futuro da Igreja. Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio. SP: Paulus, 2001, p.12.

Para Giancarlo Zizola⁷⁰ a Igreja se viu, durante o concílio Vaticano II, em meio a um colossal modernismo que impelia a Igreja a igualar-se ao mundo mais do que a contestá-lo, idéia esta extremamente oposta ao que foi efetuado no pontificado de João Paulo II.

A única modernidade possível para a Igreja fiel às próprias origens é a de ser precursora da humanidade do futuro, contestando a modernidade do presente, ou seja, seria a utopia. Para Zizola⁷¹, o ser moderno em João era o oposto do modernismo, o seu modo de viver o próprio tempo e de pedir à Igreja inteira que o vivesse não postulava uma adaptação aos moldes da modernidade, mas aos da profecia, ele tornava atual a profecia na Igreja Católica, impulsionava a Igreja a atualizar-se com o Espírito Santo, era moderno porque tornava moderna a profecia da Igreja. Após sua morte houve o exílio póstumo de sua utopia.

⁷⁰ ZIZOLA, Giancarlo. A Utopia do Papa João. Trad. Pe Maurício Ruffier. SP: Edições Loyola, 1983, p. 356.

⁷¹ Id. Ibid. p. 358.

CAPÍTULO 2

JOÃO PAULO II E SUAS VICISSITUDES

2.1. KAROL WOJTYLA TORNA-SE JOÃO PAULO II

É de grande importância retomar o assunto discutido por Thomas Reese⁷², sobre a eleição papal⁷³, para assim, constatarmos que João Paulo II obteve a maioria dos votos, era poliglota, falava alemão, russo, francês, inglês, espanhol e italiano, possuía um comportamento exemplar tanto social como moral, mas é relevante informar que quando eleito papa tinha apenas cinquenta e oito anos, e o padrão era a partir de 60 anos. Tão jovem e não-italiano, isto rendeu a ele e à Igreja Católica por consequência uma enorme popularidade. Ficou conhecido como o primeiro Papa Polonês da história da Igreja Católica, sendo o não-italiano desde 1522, depois do holandês Adriano VI e o mais jovem desde 1846⁷⁴.

Edênio Valle⁷⁵ concorda com a idéia de que a eleição de Karol Wojtyla surpreendeu a população de católicos e despertou nos fiéis e nos não fiéis um sentimento de curiosidade e esperança, o que acarretou popularidade não só para o papa como também para a Igreja em si, como se pode observar:

O impacto de sua presença e atuação são, naturalmente, mais determinantes ao interno da Igreja Católica, mas não deixarão de produzir efeitos colaterais junto a outras grandes religiões e tendências mundiais.⁷⁶

Quando João Paulo II foi nomeado Cardeal pelo papa Paulo VI, os membros da Cúria passaram a observar Wojtyla com grande interesse devido à sua atuação no Ensino Católico e na Liturgia. O que mais despertava o interesse

⁷² REESE, Thomas. O Vaticano por Dentro. Trad. Magda Lopes. Bauru: Edusc, 1998.

⁷³ Informações já fornecidas nesta dissertação na página 20.

⁷⁴ SUFFERT, Georges. Tu és Pedro. Santos, Papas, Profetas, Mártires, Guerreiros, Bandidos. A História dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Trad. Adalgisa Campos da Silva. RJ: Objetiva, 2001, p. 471.

⁷⁵ VALLE, Edênio. João Paulo II: Que Conservadorismo? Religião e Sociedade, nº 5, 1980, p. 30-36.

dos cardeais era o fato de Wojtyla oferecer uma saída original da crise, que então agitava a sociedade e a Igreja da década de 70⁷⁷. Sua confrontação com o comunismo desenrolava-se no contexto, não de uma crença religiosa ou questão ideológica específica, mas em prol dos direitos humanos, pura e simplesmente.

O papa João Paulo II, embora envelhecido e doente, mesmo depois de ter seu corpo debilitado pelo mal de Parkinson⁷⁸ e de ter perdido seu porte atlético de esquiador, continuou sendo um fenômeno de massas e um impressionante sucesso mercadológico. Como explicar o fascínio exercido pelo papa João Paulo II?

Um dos motivos que podem ser levantados neste momento é sua procedência humilde, pois o papa proveio de uma família de nível social baixo, arrasada pelas consequências da II Guerra Mundial e esfacelada pela morte de seus membros. A mãe, Emília Kaczorowska, frágil fisicamente, faleceu em 1929 de miocardite e nefrite, quando Karol Wojtyla tinha apenas oito anos de idade. Seu irmão, Edmund, faleceu em 1932 de escarlatina, segunda perda irreparável para o então futuro papa.⁷⁹

Para Leonardo Boff⁸⁰ o papa atuou com o fascínio dos grandes símbolos e arquétipos, exatamente daqueles que concernem à profundidade humana, e para

⁷⁶ Id. Ibid. p. 29.

⁷⁷ Informações melhores discutidas em: BERNSTEIN, Carl e POLITI, Marco. Sua Santidade João Paulo II e a História Oculta do nosso Tempo. Trad. M. H. Côrtes. RJ: Objetiva, 1996.

⁷⁸ Uma doença neurológica que avança devagar até atingir todo o corpo, causando tremores nos braços, nas pernas e, por fim, na cabeça. Os sintomas podem ser controlados por medicamentos, mas a cura da doença não existe, essa doença e muitas outras enfermidades acabaram provocando a morte de Karol Wojtyla em 02 de abril de 2005.

⁷⁹ BOSCO, Teresio. O Papa Wojtyla. Primeira Biografia Completa. 2ª ed. SP: Salesiana Dom Bosco, 1980, p. 11.

⁸⁰ Após a visita de João Paulo II ao Brasil em 1980; BOFF, Leonardo. João Paulo II: a volta do Carisma. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, vol. 40, fasc. 159, setembro de 1980, p. 404.

tal feito, Boff enumera algumas qualidades, consideradas pelo mesmo como responsáveis pela “riqueza humana e carismática de João Paulo II”.⁸¹ Primeiramente o papa apresentou-se para o mundo como um homem profundamente religioso, para ele a fé não é teoria, nem doutrina, mas uma convicção; João Paulo II irradiava humanidade; mostrou-se cordial; e por fim demonstrou-se sensível ao drama dos pobres. E conclui:

O Papa infunde segurança e confiança que se depreende de sua personalidade e autoridade; esta autoridade se deriva não da inflação do eu ou da busca do poder pelo poder, mas da consciência de representar Cristo com sua mensagem no mundo e os mais altos valores do ser humano... daí o fascínio e o impacto de João Paulo II.⁸²

Os grandes temas da vida e do papado do papa João Paulo II são encontrados no nascimento, na infância e na juventude de Karol Wojtyła⁸³, são eles: a devoção, a disciplina, o drama, o intelectualismo, o isolamento, o sofrimento, o mistério, a devoção Mariana e os laços familiares com o judaísmo, porém, acima de tudo, estava a paixão pela Polônia; a Polônia triunfante, devido à sua formação no messianismo polonês.

As confidências do papa referem-se à mãe como trabalhadora, mas de saúde muito frágil, a influência materna foi decisiva na vida de João Paulo II, principalmente em sua doutrina católica, pois a maternidade se tornaria um dos principais temas pastorais do seu sacerdócio. Os acontecimentos de sua vida em relação à mãe levaram-no a escolher o lema “Totus Tuus” (referência à Virgem

⁸¹ Id. Ibid. p. 405.

⁸² Id. Ibid. p. 406.

⁸³ Karol Jozef Wojtyła nasceu em 18 de maio de 1920, na Polônia, em Wadowice, perto de Cracóvia.

Maria) em 1958. Após a morte dela, seu pai levou-o juntamente com seu irmão a uma peregrinação até o santuário mariano em Kalwaria Zebrzydowska, o qual se tornaria o refúgio do papa, para onde retornaria nos momentos difíceis de sua vida.

As influências de seu pai referem-se à formação da personalidade de Karol, pois era adepto de uma disciplina férrea, de uma força moral incomum, exigindo senso, obediência e presteza na execução de seus deveres. A vida religiosa de Karol Wojtyla iniciou-se cedo, quando criança, era coroinha, mesmo sem ter intenções de prosseguir nesta formação religiosa. Mais tarde, em 1946, ordenou-se presbítero e estudou em Roma, onde doutorou-se em Teologia. Foi professor de Teologia e Moral nas Universidades de Lublin e Cracóvia até 1958, sendo então nomeado Bispo auxiliar dessa última cidade.

Desde sua eleição para papa⁸⁴, João Paulo II, liberal em matéria social e conservador em relação à doutrina, acentuou o aspecto pastoral da Igreja inaugurando um estilo dinâmico, marcado por viagens freqüentes onde se dedica mais à função pastoral. Este papa notabilizou-se em seu pontificado por ter sido o papa que mais realizou viagens desde sua eleição em 1978. O mesmo utilizou-se das viagens para expandir e consolidar o cristianismo pelo mundo, assim como para unificar as diversas Igrejas cristãs, realçando o caráter ecumênico do catolicismo, fortalecido pelo Concílio Vaticano II. Se considerarmos as propostas deste concílio, o papa João Paulo II preocupou-se em reunir todas as forças

⁸⁴ No dia treze de janeiro de 1964 foi nomeado Arcebispo de Cracóvia. Em 26 de junho de 1967 foi nomeado Cardeal pelo Papa Paulo VI. E no dia 16 de outubro de 1978 foi eleito Papa, assumindo o nome de João Paulo II. Informações segundo o livro: REIS, A. P. João Paulo II o Papa Operário. RJ: Monterrey, 1980.

cristãos em face do mundo moderno e unificar a Igreja Católica Romana como grande instrumento da salvação.

João Paulo II foi o primeiro papa a participar efetivamente da era da televisão, dominando esse meio de comunicação. O seu carisma, mais do que sua mensagem doutrinária foi o seu instrumento mais poderoso para manter a Igreja coesa e para moldá-la à sua própria imagem através da doutrina católica.

Desde sua eleição, João Paulo II começou a possuir um forte aliado, a mídia, pois cada frase sua, cada gesto seu foram transmitidos. Poucos chefes de Estado receberam o tipo de cobertura entusiástica que lhe foi dado. Sem a TV, o “fenômeno Wojtyła” não teria existido.

Conforme Edênio Valle, a figura inculcada pela imprensa sobre João Paulo II é a de:

... uma personalidade forte, engajado nas lutas de sua pátria contra o regime comunista , de um homem de igreja decidido a restaurar a disciplina, a defender a teologia católica e a recuperar o religioso como o verdadeiro espaço de atuação da Igreja Católica.⁸⁵

Ou seja, era o momento da Igreja demonstrar seus valores, sua doutrina, através da figura do papa João Paulo II, e de seus pronunciamentos que agradavam a população e lhe transmitiam segurança, pois em seus escritos e falas, João Paulo II mudou o clássico “nós” do estilo pontifical pelo “eu” pessoal e imediato do escritor e do orador. Ao estudar atentamente todos os escritos do papa, é possível entender que ele sabia diferenciar as opiniões pessoais de Karol Wojtyła e o seu ensinamento magisterial como papa. No entanto, ele soube

⁸⁵VALLE, Edênio. João Paulo II: Que Conservadorismo? Religião e Sociedade, nº 5, 1980, p. 30.

reconhecer também que as duas coisas não são reciprocamente heterogêneas, mas refletem uma única personalidade misturada à fé da Igreja. Acredita-se que essa fusão entre o “nós” e o “eu” seja o fundamento essencial do fascínio da figura do papa, pois esta fusão permitiu que ele se movesse com total liberdade como chefe político e religioso, sem levar longe demais o seu encargo “sagrado” para o âmbito da subjetividade.

A sua colaboração à Constituição conciliar sobre a Igreja no mundo contemporâneo, cujo texto é marcadamente determinado pela preocupação com o homem, transformou-se em uma experiência decisiva para o futuro papa. Como resultado disso, a questão da teologia moral se tornou o centro de seu interesse teológico, encontrado em sua encíclica *Veritatis Splendor*, a qual trata dos fundamentos da moral.

As cartas encíclicas dos primeiros anos de pontificado estão fortemente marcadas pela sua reflexão e meditação pessoal, sobretudo o grande tríptico – *Redemptor Hominis*, *Dives in Misericordia*, *Dominum et Vivificantem* – que revela o inconfundível estilo literário do papa. Também nos textos magisteriais da segunda década podem ser percebidos os aspectos característicos de seus pensamentos, pois eles dão a orientação e caracterizam o estilo, penetram no tempo presente e estabelecem um confronto com a tradição.

Estou me referindo especialmente à encíclica sobre os fundamentos da teologia moral, *Veritatis Splendor*, que retoma a tarefa missionária da Igreja no mundo contemporâneo, e à *Evangelium Vitae*, a qual é considerada pela Igreja

como um hino em prol da vida, proibindo o aborto, a eutanásia e o homossexualismo.

Na história da Igreja é muito difícil afirmar com certeza por que um determinado cardeal foi eleito papa, porém, é possível concordar com o cardeal Andrzej Deskur, que afirma que cada papa escolhe seu próprio sucessor, ou pelo menos demonstra preferências. Ele assegura que Pio XII recomendou João XXIII ao nomeá-lo patriarca da Sé de Veneza, este, por sua vez, considerou importante o cardeal de Milão, Giovanni Battista Montini. Já Paulo VI, mostrou preferência por dois homens: Albino Luciani, patriarca de Veneza, e Karol Wojtyla, arcebispo de Cracóvia, que após a morte de João Paulo I assumiu a liderança da Igreja Católica. Estas constatações foram visualizadas também por Georges Suffert⁸⁶ durante o histórico que realiza sobre os papas, no qual apresenta as principais características e acontecimentos que marcaram os pontificados, desde o de Pedro até o de João Paulo II.

Trabalhar com biografia é sempre uma escolha complexa, no entanto, se os motivos estiverem claros fica mais fácil, pois para visualizarmos o pontificado de João Paulo II de uma maneira geral foi necessária a leitura de várias biografias para entendermos o contexto da Igreja Católica durante a escolha de Karol Wojtyla para papa. Giovani Levi⁸⁷ formula alguns tipos de abordagens da perspectiva biográfica, onde neste caso nos identificamos com a Biografia e Contexto, que nesse tipo de utilização, a biografia conserva sua especificidade,

⁸⁶ Ressalta-se o fato de Georges Suffert ser escritor e jornalista, membro do comitê editorial de Le Figaro. SUFFERT, Georges. Tu és Pedro. Santos, Papas, Profetas, Mártires, Guerreiros, Bandidos. A História dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Trad. Adalgisa Campos da Silva. RJ: Objetiva, 2001, p.433-471.

no entanto, o meio é um fator capaz de caracterizar e explicar a trajetória do indivíduo.

A reconstituição do contexto histórico e social é capaz de explicar a singular ação do indivíduo, isso torna o comportamento possível e normal, onde as trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam⁸⁸.

Ao analisar as biografias⁸⁹ de Karol Wojtyla observa-se que as mesmas exacerbaram o fato da sua nacionalidade e as condições de sua eleição, a maioria delas tratou deste fato com um rigor histórico, outras conduziram à vertente apologética, porém, todas consideraram importante frisar que João Paulo II é o 264º Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana, o primeiro papa oriundo de uma nação eslava e o primeiro não italiano desde 1522, sendo o Papa mais jovem desde Pio IX.

A biografia de Carl Bernstein e Marco Politi, “Sua santidade João Paulo II e a História oculta do nosso tempo”, envolve uma narrativa escrita do ponto de vista de um moderno jornalismo investigativo, dramático, histórico e também biográfico. Nela é possível encontrar os dados biográficos, a formação teológica e o envolvimento político de João Paulo II.

Num segundo momento, está o livro de A.P. Reis, “João Paulo II: O Papa Operário”, uma biografia com evidente procedência dogmática e apologética que apresenta falhas em seu fundamento histórico, porém, deve ser levada em

⁸⁷ No artigo: LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. IN: Marieta de Moraes Ferreira & Janaina Amado (orgs). Usos e abusos da História Oral. RJ: FGV, 1998.

⁸⁸ Id. Ibid. p. 176.

⁸⁹ Verificar na Bibliografia.

consideração pelo seu conteúdo polêmico que abre caminhos para debates e análises.

João Paulo II: Vinte anos na história, de Joseph Ratzinger⁹⁰ (cardeal, sendo eleito papa e adotando o nome de Bento XVI), foi traduzido para o português e publicado em 2000, é uma biografia de excelente qualidade material e de enfoque inovador por se tratar de um relato fotográfico, no qual estão fotos documentadas por Giancarlo Giuliani, fotógrafo italiano do Vaticano. Luigi Accattoli (vaticanista mais importante do jornal da Itália Corriere della Sera e que escreve permanentemente sobre o papa) constrói uma cronologia sobre o papa, comenta sobre suas encíclicas e sobre o marco de vinte anos de pontificado. As fotos são o auge do livro e percorrem as viagens realizadas pelo papa peregrino.

O Papa Wojtyla: Primeira biografia completa⁹¹, de Teresio Bosco, pode ser considerada uma biografia de qualidade inferior por tratar a história da vida do papa de maneira apologética, contendo poucas informações históricas.

Nestas biografias nota-se também algumas informações em relação ao campo político, onde João Paulo II teve um papel interessante na crise do comunismo, através do seu diálogo ecumênico de paz entre as nações e as religiões, e na manutenção da unidade da Igreja Católica quando se posicionou contrário a influência da Teologia da Libertação, porém, o pontificado de João Paulo II ficará marcado também pela perda de muitos fiéis católicos, pela

⁹⁰ RATZINGER, Joseph. João Paulo II: Relato fotográfico dos 20 anos do Pontificado. Trad. de Rosa M. A. Cunha. SP: Paulinas, 2000.

⁹¹ BOSCO, Teresio. O Papa Wojtyla. Primeira Biografia Completa. 2ª Ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 15 v., 1980.

redução da frequência nas missas, pelo sacerdócio que entra em decadência e conflitos relacionados a questões morais.

A saúde deste papa veio declinando progressivamente, para os diplomatas e jornalistas credenciados junto à Santa Sé, o estado de saúde dele tornou-se um tópico de especulação que ficava se repetindo. Acreditava-se que João Paulo II não renunciaria, pois sua saúde estava tão debilitada que as pessoas poderiam questionar a validade de uma decisão desse tipo, o que poderia ser perigoso até para a unidade da Igreja.

Outro assunto muito questionado foi a sua sucessão. O fato de João Paulo II ter escolhido a maioria dos bispos e cardeais indicava uma tendência a uma posição de direita e, naturalmente, de um sucessor conservador. Afinal, era o papa quem estava escolhendo a linha ideológica daqueles que elegeram seu sucessor, mas essa tendência de direita também ocorre porque a Opus Dei⁹² (entidade católica conservadora) foi muito ativa neste pontificado e se infiltrava em departamentos de grande influência no Vaticano, como a Congregação dos Bispos e a Congregação para a Causa dos Santos. Consumando estas informações, foi eleito o Cardeal Joseph Ratzinger, alemão, da linha conservadora do Vaticano que aos poucos se mostra estar preocupado com o interior da Igreja do que em realizar visitas às nações. “Bento 16 tem se mostrado guardião da doutrina linha-dura de João Paulo II”⁹³, o que elimina a perspectiva de abrandamento da Igreja em temas relativos ao uso do corpo (métodos anticoncepcionais, casamento de homossexuais, pesquisas com células-tronco e

⁹² Opus Dei significa Obra Divina, seu papel supremo é a obediência incondicional ao papa e de trabalhar para a Igreja. João Paulo II canonizou o fundador da organização.

aborto) e a flexibilização das regras sobre participação da mulher e de divorciados na vida eclesial.

2.2. JOÃO PAULO II E SUA RELAÇÃO COM O CONCÍLIO VATICANO

II

Apesar de ser reconhecido como um papa moderno, que buscava o diálogo com diferentes religiões e com os povos, João Paulo II deve ser considerado conservador em se tratando de sua doutrina religiosa. O papa pregava o progresso das nações e dos povos, o direito à propriedade privada, o direito à liberdade de expressão e o cumprimento dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que opunha-se firmemente ao aborto e ao controle da natalidade por meios artificiais, fazendo também restrições à atuação de religiosos na política partidária e à ordenação de mulheres. Essa atuação do pontífice frente ao século XXI gerou muita polêmica, pois, quando João Paulo II assumiu o controle da Igreja, era crença comum que o poder desta e sua influência no mundo estavam em declínio. João Paulo II mostrou habilidades como político no cenário temporal, interferindo na Guerra Fria como um diplomata, no entanto, notou-se uma crescente perda de fiéis devido a suas posições firmes perante os temas morais que afligem a sociedade.

A Igreja Católica sempre visou moldar seus fiéis, mas a partir do Concílio Vaticano II nota-se uma mudança neste pensamento. A Igreja passa a analisar as necessidades dos cristãos e demonstra estar interessada em satisfazê-las, ou pelo menos ouvi-las. João Paulo II, em seu primeiro discurso enquanto papa, afirmou ser seguidor das doutrinas propostas pelo Concílio Vaticano II, no entanto, nos

⁹³ FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 20 abril 2005. Caderno Especial. “O Novo Papa Bento 16”.

defrontamos com uma posição doutrinária, praticada por ele, muito rígida. Muitos o viam como um líder forte que regularmente impunha seus pontos de vista em tudo, desde a diplomacia internacional até o respeito pelo casamento, dando certeza de que a voz da Igreja estava sendo ouvida no mundo secular.

Católicos da ala liberal o acusavam de ter sido muito autoritário, particularmente no que concerne às questões de moralidade sexual, já os conservadores aprovavam as medidas adotadas por ele e “...por ter colocado a Igreja na linha depois da revolução provocada pelo Concílio Vaticano II”.⁹⁴

No pontificado de João Paulo II as hierarquias locais foram sistematicamente atropeladas, ao contrário da proposta do Concílio Vaticano II, que discutiu a necessidade de abertura na participação dos bispos nas decisões da hierarquia eclesiástica. Nisso detecta-se a inversão das tendências inauguradas por seus predecessores, como a devolução da autoridade às igrejas locais, um assunto discutido pelo Concílio Vaticano II.

As energias liberadas pelo Segundo Concílio Vaticano parecem levar a Igreja rumo a um maior pluralismo cultural e teológico, a uma maior participação leiga, à redução da hierarquia, a mais diálogo. As habilidades e as inclinações do último papa do século XX parecem tomar um outro rumo, o de uma visão, mais exaltada, solitária e hierárquica do ofício papal e da Igreja que ele serve ou governa.⁹⁵

⁹⁴ Comentários tecidos pela redação da FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 17 maio 2004. Folha Mundo. “João Paulo II cria santa contra o aborto”.

⁹⁵ DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores. História dos Papas. Trad. Luiz Antônio Araújo. SP: Cosac & Naif Edições Ltda, 1998, p. 290.

No sentido contrário ao do Concílio Vaticano II que na década de 60 deu maior autonomia à Igreja em cada país, João Paulo II controlou e impôs derrotas às alas mais progressistas dos católicos no Brasil, enfraqueceu a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)⁹⁶, instância máxima do catolicismo local, e tratou de dar combate ao avanço das igrejas neopentecostais, incentivando movimentos do tipo carismáticos.

2.3. OS VALORES MORAIS NO PONTIFICADO DE JOÃO PAULO II

Fala-se hoje, no Brasil e em toda a parte do mundo, numa “crise”⁹⁷ dos valores morais cujo sentimento expressa-se na linguagem cotidiana, quando se lamenta o desaparecimento do dever-se, do decoro e da compostura nos comportamentos dos indivíduos. Mas por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados atualmente? Que mudanças se deram em nossa sociedade para que a preocupação se concentrasse no que significa a “moral”?

Segundo José Arthur Gianotti, o comportamento humano mudou perante o tempo, não se importando mais com o que está por vir, mas apenas com o momento. “O que ocorre é que não vivemos mais para o futuro e sim para o presente, portanto, cabe agora saber como devemos nos relacionar com os outros dentro desse estreito presente que nos restou”.⁹⁸

A palavra ética não tem o mesmo sentido para todos. Se compararmos as definições que os antigos e os modernos dão à noção de ética, percebemos que

⁹⁶ Cujo presidente é Dom Geraldo Majella Agnelo. Mais informações no livro: BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil : de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

⁹⁷ Essa crise dos valores morais vivenciada nos dias atuais pode ser melhor compreendida no capítulo: CHAUI, Marilena. “Público, privado, despotismo”. IN: NOVAES, Adauto (org.). Ética. SP: Cia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 345-390.

são diferentes, que se cria em torno delas um verdadeiro campo de contradições. A ética sempre esteve subordinada às idéias de felicidade da vida presente, em que o desejo do homem era realizar o bem, isto é, só dependia dele mesmo a própria felicidade.

Hoje, a felicidade não é pensada mais nos termos da moral antiga, mas em termos de eficácia técnica de consumo, ela depende das forças externas que tudo controlam e dominam, o que por si só demonstra que entre as duas concepções existe muito mais que simples diferença, há uma verdadeira ruptura, uma contradição. Este é o ponto mais crítico da moral moderna, é como se houvesse um lento enfraquecimento da noção de ética, ou melhor, a moral passou a ter uma importância quase convencional.⁹⁹

O fato que ocorre é o da individualização da moral, o que antes era público e servia para organizar as sociedades, deixou de ter importância para as pessoas que passaram a respeitar umas as outras sob parâmetros próprios de moral, a qual obteve significados individuais, passando por uma diluição de referenciais ou por um fenômeno de fragmentação consensual.

A medida de referência, nos tempos atuais, tende a ser o próprio indivíduo, inclusive para o que está além de si, num deslize individualista comprometedor. Por isso, faz-se necessário acionar a perspicácia ética e teológica, como capacidade humana de respaldar com adequação o ser humano neste tempo de sua história.¹⁰⁰

⁹⁸ GIANOTTI, José Arthur. "Moralidade Pública e Moralidade Privada". IN: NOVAES, Adauto (org.). Ética. SP: Cia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.239.

⁹⁹ Discussão interessante sobre a mudança no sentido do termo ética pode ser vista no texto de: CHAUI, Marilena. "Público, privado, despotismo". IN: NOVAES, Adauto (org.). Ética. SP: Cia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

¹⁰⁰ AGOSTINI, Nilo. Jesus Cristo e a vivência da Ética nos dias atuais. IN: Fragmentos de Cultura: Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás. Goiás: UCG, v. 12, n. 2, mar./abr. 2002, p. 172.

Não se abstendo de responder com adequação e perspicácia aos atuais desafios do mundo, a Igreja Católica necessita de um itinerário ético, nutrido de fidelidade ao Evangelho, de fidelidade à nossa história e da centralidade de Jesus Cristo para educar moralmente os seus fiéis.

“Faz-se necessário apoiar a pessoa humana em seu processo educativo e em seu despertar da fé, num percurso marcado pela unidade, gradualidade e coerência no despertar da consciência”.¹⁰¹ Esse processo de repensar a Teologia Moral e situá-la perante os problemas da sociedade atual iniciou-se com o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Ao afirmar o papel da Igreja enquanto instituição inserida na história, o Vaticano II criou condições para que a história fosse usada como parâmetro da análise da realidade. Esse movimento fez com que vários setores do clero pudessem avaliar seu papel na sociedade e qual a maneira mais eficaz da Igreja Católica defender os direitos humanos.

Diante de tal situação, os setores mais conservadores optariam por um discurso de condenação das injustiças, publicando documentos de críticas ou até de repúdio a algumas posturas das classes dominantes, enquanto os setores mais progressistas, além do discurso, promoveriam ações sociais, se engajariam em movimentos sociais para a mudança da realidade.¹⁰²

A Igreja Católica, não satisfeita com a ruptura no conceito de moral, com sua possível individualização e com este lento enfraquecimento da noção de ética, busca incessantemente retomar os seus princípios morais, a fim de

¹⁰¹ Id. Ibid. p. 172.

¹⁰² Id. Ibid. p. 176.

demonstrar aos seus fiéis que o “caminho do bem” está baseado nas verdades de Deus.

O fundamento de todas essas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada, toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles.¹⁰³

Essa preocupação da Igreja Católica em reafirmar os seus princípios doutrinários para que seus fiéis se submetam a eles, através da publicação de documentos e pronunciamentos que retomam a moral religiosa do catolicismo, foi mais intensa e visível no pontificado de João Paulo II.

2.4. OS DOCUMENTOS ECLESIASTICOS E AS ENCÍCLICAS

Faz-se necessário elencar aqui, por ordem de importância, os documentos publicados pelos papas, para que assim iniciemos a discussão sobre a importância dos assuntos discutidos pelas encíclicas na definição do direcionamento de um pontificado.

Constituição Apostólica: Documentos da maior importância que define princípios doutrinários, verdades de fé ou estabelece normas canônicas (jurídicas);

¹⁰³ COUTROT, Aline. “Religião e Política”. IN: RÉMOND, Réne (org). Por uma História Política. Trad. Dora Rocha. RJ: UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 334.

Bula: Documento que estabelece definições em matéria de fé. É também o documento de criação de uma diocese ou de nomeação de bispos. Leva uma bola de chumbo com o solo pontifício;

Motu proprio: A expressão latina significa "por próprio impulso, de própria inspiração". Estabelece diretrizes práticas sobre determinado aspecto da vida eclesial;

Carta Encíclica ou só Encíclica: Documento dirigido aos bispos e fiéis e também a todos os católicos, de caráter mais doutrinal, versa sobre fundamentos da fé, da moral ou princípios da Doutrina Social da Igreja;

Exortação Apostólica: Documento do papa dirigido aos católicos, de valor semelhante ao da encíclica, mas de natureza mais pastoral (com destaque à vida cristã e à animação das comunidades);

Carta Apostólica: Documento dirigido a uma pessoa ou a um grupo determinado, embora a intenção seja normalmente universal.

João Paulo II publicou treze encíclicas¹⁰⁴, das quais foram escolhidas duas: *Veritatis Splendor* (O Esplendor da Verdade), de 05/08/1993, sobre os fundamentos da moral, definindo os conceitos de moral e ética para a Igreja Católica, ensinando os mandamentos de Cristo e a verdade da vida e da existência humana e *Evangelium Vitae* (O Evangelho da Vida), de 25/03/1995,

¹⁰⁴ **Redemptor Hominis** - O Redentor do Homem, de 04 de março de 1979; **Dives in Misericórdia** - Rico em Misericórdia, de 02 de dezembro de 1980; **Laborem Exercens** - Sobre o Trabalho Humano, de 14 de setembro de 1981; **Slavorum Apostoli** - Apóstolos dos Eslavos, de 02 de julho de 1985; **Dominum et Vivificantem** - Senhor e Vivificador, de 18 de maio de 1986; **Redemptoris Mater** - Mãe do Redentor, de 25 de março de 1987; **Sollicitudo Rei Socialis** - Solicitude Social, de 30 de dezembro de 1987; **Redemptoris Missio** - Missão do Redentor, de 07 de dezembro de 1990; **Centesimus Annus** - Sobre o Centenário da Rerum Novarum, de 01 de maio de 1991; **Veritatis Splendor** - O Esplendor da Verdade, de 06 de agosto de 1993; **Evangelium Vitae** - O Evangelho da Vida, de 25 de março de 1995; **Ut Unum Sint** - Que todos sejam um, de 25 de maio de 1995; **Ecclesia de Eucharistia** - Eucaristia da Igreja, de 17 de abril de 2003.

que condena o uso de preservativos em prol da vida, como meio de contracepção e de evitar a aids, além de reprovar o aborto e a eutanásia, chamados pelo Papa João Paulo II de “cultura da morte”.

As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais interferem no sentimento religioso dos fiéis, no qual se manifesta o “poder da fé”¹⁰⁵ de reunir os membros de uma comunidade. Este fato demonstra que a religião possui um poder de coesão da sociedade e, por isso, a Igreja Católica se viu ameaçada em meio à crise ética dos nossos dias e logo tratou de demonstrar para seus fiéis o “verdadeiro caminho”, o “esplendor da verdade”, com a publicação da encíclica *Veritatis Splendor*, na qual é convicta ao afirmar:

O progresso da ciência e da técnica é visto como testemunho da capacidade da inteligência e da tenacidade dos homens, mas isto não faz com que a humanidade dispense as questões religiosas, ao contrário, a religião é vista como um estimulante para enfrentar as lutas mais dolorosas, que são as do coração e da consciência moral¹⁰⁶.

Com esse tipo de discurso a Igreja Católica objetiva garantir o caráter de “salvação” da religião, que assegura à humanidade o direito de proteção, como se os problemas atuais fossem resolvidos apenas com o apego à religião católica e como se a resposta do sentido da vida fosse embutido naquele que crê em Deus. Seu intuito ainda mais marcante está no fato de demonstrar que a resposta às

¹⁰⁵ A noção de que as mudanças sociais produzem nos fiéis modificações de idéias e de desejos que os obrigam a modificar as diversas partes de um sistema religioso pode ser melhor compreendida no texto: JULIA, Dominique. “A religião: História religiosa”. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs). *História: Novas Abordagens*. RJ: Francisco Alves, 1998, p. 106-131.

¹⁰⁶ “Encíclica *Veritatis Splendor*” (06/08/1993). IN: *Encíclicas de João Paulo II (1978-)*. Lourenço Costa.(org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 744.

incertezas humanas se encontra em Deus e na Igreja, conforme se observa nesta passagem:

Por vontade de Cristo, a Igreja Católica é mestra da verdade, e tem por encargo dar a conhecer e ensinar autenticamente a verdade que é Cristo, e ao mesmo tempo declara e confirma, com sua autoridade, os princípios de ordem moral que dimanam da natureza humana¹⁰⁷.

A Igreja, através de seus documentos (discursos) estabelece métodos para definir seus conceitos, suas interpretações e mensagens aos fiéis e ao seu público interno. Assim, ela delimita o que quer praticar, o que deve estabelecer como princípios e juramentos no sentido da realização de sua “missão cristã”.

Veremos que a Igreja visa controlar as condutas consideradas morais dos seus fiéis ao analisarmos o conteúdo da encíclica *Evangelium Vitae*.

Mas queremos concentrar a nossa atenção, de modo particular, sobre outro gênero de atentados, relativos à vida nascente e terminal, que possui reconhecimento legal da parte do Estado e a conseqüente execução gratuita por intermédio dos profissionais da saúde¹⁰⁸.

O controle é uma forma das práticas da Igreja, e as suas regras de funcionamento são definidas por discursos próprios para esse fim. Esta passagem se refere a uma possível legalização do aborto e da eutanásia, atitude que é repudiada pela Igreja, sendo o objetivo supremo desta encíclica condenar todos os métodos contraceptivos, o aborto, a eutanásia e o homossexualismo em prol de uma vida voltada a Deus e às condutas corretas pregadas pela Igreja, que devem ser seguidas pelos católicos. Observamos, portanto, que

¹⁰⁷ Id. Ibid. p. 818.

¹⁰⁸ “Encíclica *Evangelium Vitae*” (25/03/1995). IN: *Encíclicas de João Paulo II (1978-)*. Lourenço Costa.(org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 899.

As encíclicas não se sucedem no tempo apenas para coligir a fala anterior. Além de recuperar o conteúdo e rearticular o discurso, elas confirmam a doutrina tradicional e insistem na sua condição de ‘única via’ para instaurar a justiça no mundo contemporâneo¹⁰⁹.

Na década de 60, a Igreja, percebendo a sua pequena penetração na vida da população, reavalia sua atuação frente a situações de injustiça social que fazem parte da experiência da vida cotidiana da maioria da população mundial, enfim, se volta para as questões sociais que envolvem a sociedade moderna. Cristo aparece nesse contexto como o referencial básico de uma nova proposta de vida e prática evangélica, articulando-se ao nível da sociedade em defesa do povo oprimido e marginalizado. Esta mudança ocorre efetivamente após o Concílio Vaticano II¹¹⁰, o qual dilatou a margem de um pluralismo pastoral e teológico.

Nossa tese central é a de que, ao tentar se inserir no mundo moderno, a Igreja Católica inicia um processo de repensar sua postura diante desse mundo, posicionando-se como uma instituição que se percebe enquanto componente da história, portanto, torna-se capaz de participar da realidade e de transformá-la.

A Igreja Católica, com a intenção de amenizar as dificuldades atuais e buscando reconquistar espaços perdidos pretende, através da catolização, “preservar” o bem do qual se considera depositária e guardiã. Com isso, passou a acelerar o “diálogo” (existente nas encíclicas) com o mundo, porém, não renunciou ao seu desejo de se posicionar contra tudo o que, no mundo, achar eticamente criticável. A Igreja critica com a intenção de poder ensinar o que

¹⁰⁹ MANOEL, Ivan. João Paulo II, A Laborem Exercens e a Tradição: Marcar passo! IN: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. Araraquara: UNESP, v. 7, 1984, p. 79.

¹¹⁰ Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. 15ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

considera correto, demonstrando, assim, sua grande necessidade de se impor como uma “grande educadora” de todas as nações.

O magistério é, em última análise, a missão da Igreja: gerar e educar filhos para Deus. É essa missão que, segundo ela, torna-a especialista em humanidade, lhe dá a competência para interpretar a sociedade, não apenas para ‘coligir e repetir o que já se encontra contido nos ensinamentos’, mas para encontrar a ‘gradual solução para os problemas vivenciados atualmente’¹¹¹.

Essa missão educacional pode ser melhor explicada ou até vivenciada na leitura das encíclicas, as quais demonstram perfeitamente essa ânsia que a Igreja Católica possui de ensinar sua doutrina, seus conceitos de ética e moralidade e do que considera ser certo ou errado.

A publicação de encíclicas, documentos que buscam direcionar a vida dos fiéis definindo comportamentos éticos e morais, pode ser considerada uma das maneiras que a Igreja Católica encontrou para manter sua hegemonia no terreno religioso, com a intenção de manter e conquistar fiéis, já que está vivendo uma realidade que põe em risco seu domínio religioso, devido ao crescente número de adeptos às outras religiões não católicas. Ou seja, o que se coloca para a Igreja Católica é como reconquistar fiéis com a publicação de documentos. Essas resoluções em forma de encíclicas não chegam de fato à grande massa de fiéis, não conseguindo, portanto, afetá-la. Um exemplo disso pode ser encontrado na proibição do uso de métodos contraceptivos: que parcela de fiéis leva essa proibição de fato a sério?

¹¹¹ MANOEL, Ivan. João Paulo II, A Laborem Exercens e a Tradição: Marcar passo! IN: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. Araraquara: UNESP, v. 7, 1984, p. 76.

Os discursos das encíclicas não se preocupam apenas em difundir o caráter doutrinal da Igreja Católica, elas também passaram, a partir da década de 70 (através de discursos moralistas¹¹²) interferir nos comportamentos, considerados morais, da população. Este motivo pode ser explicado pelo fato da Igreja considerar a pregação da moral uma forma de socialização dos homens.

Hoje, porém, parece necessário refletir sobre o conjunto do ensinamento moral da Igreja, com a finalidade concreta de evocar algumas verdades fundamentais da doutrina católica que, no atual contexto, correm risco de serem deformadas ou negadas. De fato, formou-se uma nova situação dentro da própria comunidade cristã, que experimentou a difusão de múltiplas dúvidas e objeções de ordem humana e psicológica, social e cultural, religiosa e até mesmo teológica, a propósito dos ensinamentos morais da Igreja.¹¹³

Nessa passagem fica clara a preocupação da Igreja Católica com o desfalecimento de sua doutrina em decorrência do surgimento de outras, por isso a necessidade de refletir sobre os fundamentos da moral católica.

... uma encíclica destinada a tratar mais ampla e profundamente das questões relativas aos próprios fundamentos da teologia moral, fundamentos esses que são atacados por algumas tendências atuais.¹¹⁴

Observa-se nitidamente o objetivo principal deste documento, o que nos intriga e o que explica o nosso estudo é o contexto da publicação das encíclicas. Que tendências atuais atacam os fundamentos da teologia moral da Igreja Católica que lhe deixa tão temerosa?

¹¹² Ao utilizarmos o termo “discursos moralistas” estamos nos referindo à discursos que pregam sobre a moral, instituindo princípios ou regras morais.

¹¹³ Veritatis Splendor. IN: Encíclicas de João Paulo II (1978-). Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 747.

A Igreja acredita que, através da anunciação do “Evangelho da vida pelo mundo inteiro a toda criatura”¹¹⁵, conseguirá amenizar o agravamento das ameaças à vida das pessoas e dos povos. A encíclica “*Evangelium Vitae*” tem por objetivo exatamente realizar esta anunciação, posicionando-se contra

Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências.¹¹⁶

É possível pensarmos a publicação destas encíclicas como sendo uma retomada de valores católicos perdidos entre as transformações mundiais, ou até mesmo numa busca de identidade que fortaleça a Igreja Católica na atualidade. Esta idéia é exemplificada por Agenor Brighenti

Estamos longe de assistir à volta às religiões institucionais. Ao contrário, por um lado, assistimos ao fenômeno de fragmentação da experiência religiosa no seio das grandes religiões. Por outro lado, estamos diante da emergência de uma experiência religiosa difusa e eclética, que subverte os conceitos tradicionais da religião. Diante desse duplo fenômeno, a reação espontânea das religiões institucionais é a de preservar ou resgatar sua identidade, seja pela redogmatização, seja pelo emocionalismo, pelo proselitismo apologético ou pelo fundamentalismo.¹¹⁷

¹¹⁴ Id. Ibid. p. 748.

¹¹⁵ Cf. Mc 16,15.

¹¹⁶ *Evangelium Vitae*. IN: *Encíclicas de João Paulo II (1978-)*. Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 888.

¹¹⁷ BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja do Futuro e o Futuro da Igreja. Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio*. SP: Paulus, 2001, p. 07.

O mundo contemporâneo no Ocidente passa por uma multiplicidade de novas igrejas evangélicas pentecostais, com orientações diferentes e fragmentação doutrinária, mudando bastante o perfil do homem crente e religioso, inclusive os fiéis católicos da Igreja Romana, o que acarreta para a mesma uma preocupação em relação à perda de fiéis.

CAPÍTULO 3

VERITATIS SPLENDOR E

EVANGELIUM VITAE:

A SUSTENTAÇÃO DO

PONTIFICADO DE JOÃO PAULO II

3.1. ENCÍCLICAS: DISCURSOS EM PROL DOS PRECEITOS MORAIS DA IGREJA CATÓLICA

A intransigência católica em relação à modernidade¹¹⁸ baseava-se, de fato, na convicção de que somente a Igreja, “realidade meio-terrestre”, “meio-divina”, constituía uma sociedade perfeita. Tudo o que podia contribuir para enfraquecer no que quer que fosse a posição da Igreja: a liberdade de expressão, as religiões em pé de igualdade, devia então, ser condenado irrevogavelmente.

No entanto, a contestação tecnofóbica¹¹⁹ esteve longe de representar todo o catolicismo, em particular suas vozes mais autorizadas. A hierarquia eclesiástica, com os papas à sua dianteira, aceitou e até mesmo abençoou a inovação tecnológica. Mesmo no momento em que atingia sem piedade o modernismo, isto é, a introdução de valores da cultura moderna, a hierarquia recebia e admitia globalmente os novos meios técnicos, na ordem material, tanto porque eles podiam diminuir o sofrimento dos homens e fazer recuar um pouco a maldição de Adão, quanto porque permitiam uma modernização do catolicismo.

O que era recusado, e ainda o é, era por um lado a acentuação perversa deste sofrimento pelo progresso técnico: a intensificação dos ritmos de trabalho e, sobretudo, o deslocamento deste progresso técnico da condição de meios para a condição de fins, ou seja, para a Igreja a tecnologia deveria ser útil, mas não necessária.

¹¹⁸ Mais informações sobre a relação da história religiosa com a história das técnicas podem ser encontradas no livro de: LAGRÉE, Michel. Religião e tecnologia a benção de Prometeu. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

¹¹⁹ Vemos, aqui, técnica como adjetivo, um epíteto que qualifica tudo o que é próprio de uma profissão, e subentende a idéia de especialização.

A modernização passava pela instrumentalização das novas técnicas pelo próprio catolicismo¹²⁰. As estradas de ferro garantiram, por exemplo, as peregrinações. Do cinema ao rádio e logo à televisão, a instituição soube encontrar nos meios modernos uma capacidade de levantar-se que os homens do século XIX dificilmente poderiam conceber. Todavia, a Igreja nunca aceitou a existência de técnicas medicinais, e até hoje demonstra uma notável execração de tudo o que pode parecer uma intervenção “técnica” sobre os processos naturais do corpo humano atingindo o ponto crucial da sexualidade e da reprodução.

Neste terreno, o Papa João Paulo II, como sabemos, manifestou a mesma inflexibilidade de seus antecessores e, no entanto, foi o mesmo papa que abençoou o computador e dele fez uso. Em 1995, foi inaugurado o site do Vaticano¹²¹, ao que parece João Paulo II acompanhou o desenvolvimento do mesmo.

Assim se realiza o velho sonho de uma comunicação instantânea e universal entre todos os pontos do catolicismo. Entretanto, ninguém parece ter percebido que o Papa Wojtyla apenas seguia os passos de Pio IX¹²², quando ele, em nome do bom governo, levantou as proibições de Gregório XVI contra o telégrafo elétrico e pediu que se instalasse a primeira rede de cabos através do Estado Pontifical, ou seja, João Paulo II acabou seguindo duas vertentes antes já seguidas por seus antecessores, utilizando-se das técnicas modernas, mas mantendo-se conservador na doutrina católica. O discurso católico, sobretudo nos

¹²⁰ LAGRÉE, Michel. Religião e tecnologia a benção de Prometeu. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002, p. 490.

¹²¹ Informação contida no próprio site: www.vatican.va.

¹²² MCBRIEN, Richard P. Os Papas: os pontífices de São Pedro a João Paulo II. SP: Loyola, 2002, p. 89.

anos de 1830 até nossos dias, está marcado por uma rigidez doutrinal, um endurecimento dogmático, mas aberto às inovações técnicas, desde que elas sirvam ao homem.

Uma das técnicas usadas pela Igreja para manter em circulação seus preceitos morais é a publicação de textos de caráter normativo e regulamentar, que a centralização romana multiplicou na época contemporânea: as encíclicas, tratando-se da liturgia e doutrinas, que Michel Lagrée¹²³ define como “pregação impressa, destinada a uma certa repercussão”. Já Rudolf Fisher-Wollpert¹²⁴, define encíclicas como sendo sociais, pois com o surgimento da “questão social”, a problemática da dignidade humana e do justo salário na era industrial moveu os papas a se posicionarem frente aos fatos. Fizeram-no principalmente na forma de “encíclicas sociais”, a primeira encíclica social foi a expedida por Leão XIII, em 1891, a *Rerum Novarum*.

A Igreja através de seus documentos (discursos) estabelece métodos para definir seus conceitos, suas interpretações e mensagens aos fiéis e ao seu público interno. Assim, ela delimita o que quer praticar, o que deve estabelecer como princípio e fundamento no sentido da realização de sua “missão cristã”.

Portanto, nas encíclicas, os conteúdos são uma forma de controle. Na verdade, o controle é uma forma das práticas da Igreja e as suas regras de funcionamento são definidas por discursos próprios para esse fim.

¹²³ LAGRÉE, Michel. Religião e tecnologia a benção de Prometeu. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002, p. 23.

¹²⁴ WOLLPERT, Rudolf Fischer. Os Papas de Pedro a João Paulo II. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 267.

As encíclicas analisadas do pontificado de João Paulo II possuem na dedicatória uma diferença. A *Veritatis Splendor* inicia o discurso voltado a todos “Os Bispos da Igreja Católica” e os chama também de “Irmãos no Episcopado”, avisa ainda que seu conteúdo refere-se a algumas questões fundamentais do ensino moral da Igreja. Já a *Evangelium Vitae* se dirige “Aos Bispos, Presbíteros e Diáconos, aos religiosos e religiosas, aos fiéis leigos e a todas as pessoas de boa vontade”, relatando sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana.

As dedicatórias já definem o assunto a ser trabalhado pela Igreja, pois a *Veritatis Splendor* se refere aos dogmas e preceitos da Igreja e afirma aos bispos que eles devem ser mantidos, apesar da sociedade tentar corrompê-los. No entanto, a *Evangelium Vitae* dialoga com os fiéis o desvio negativo que a sociedade vem sofrendo em relação à vida, ou seja, o aborto, os métodos contraceptivos, a eutanásia, que para a Igreja são sinais de que os indivíduos perderam o caminho do bem, mais especificamente os “ensinamentos de Deus”¹²⁵. Ou seja, uma encíclica está voltada para que a cúpula eclesiástica pense no problema, e a outra para que a sociedade reflita como resolver o problema, a solução pelo que nos consta na leitura das encíclicas é a busca da divindade católica.

3.2. “VERITATIS SPLENDOR E EVANGELIUM VITAE”

Nestas encíclicas é possível observar o direcionamento do pontificado de João Paulo II, que se engendrou por caminhos extremamente conservadores. A profundidade do pensamento de João Paulo II foi rapidamente reconhecida, mas também o seu caráter claramente conservador, como por exemplo, na encíclica

Redemptor Hominis que continha um grave apelo aos teólogos para “uma estreita colaboração com o magistério”, para que estes colaborassem menos com a doutrina da Igreja Católica, o que anunciava um controle papal mais rígido sobre a liberdade teológica no interior da Igreja.

Esse interesse pela ortodoxia aparece especificamente no terreno da ética sexual. Desde o início de seu pontificado, João Paulo II empreendeu uma campanha incansável contra o controle da natalidade e o aborto, coisas para ele invariavelmente vinculadas, e houve boatos recorrentes sobre a iminência de uma declaração solene endossando infalivelmente a doutrina da *Humanae Vitae*¹²⁶. O fato é que o papa não fez tal declaração, mas a sua encíclica *Veritatis Splendor*, publicada em outubro de 1993, insistia na realidade objetiva dos valores morais fundamentais e afirmava a existência de atos “intrinsecamente maus”, os quais a pureza de intenção não podia tornar lícitos. Sua preocupação com o mal do aborto expressou-se em 1995 na encíclica *Evangelium Vitae*, que clamava por uma “nova cultura” de amor e reverência pela vida e atacava a “cultura da morte”.

A encíclica *Veritatis Splendor* possui uma motivação interna e externa, que naturalmente são inseparáveis uma da outra. O motivo interno está ligado ao objetivo mesmo do Cristianismo, este é visto como uma via que indica uma maneira de viver, pois a vida necessita de indicações diretas e concretas, e isso a Igreja faz nas encíclicas e nos sermões. A esta motivação interna da encíclica

¹²⁵ Em maiúsculo por ser o nome da divindade católica, assim como Alá para os muçulmanos.

¹²⁶ Encíclica publicada por Paulo VI em 1968, que abalou seu pontificado. Paulo VI retirou a questão da contracepção da jurisdição do concílio, remetendo-a à uma comissão que recomendou a modificação da doutrina tradicional de modo a permitir o controle de natalidade por métodos artificiais em determinadas

acrescenta-se uma motivação externa, a questão da moral, que é especialmente hoje uma questão de sobrevivência para a humanidade. Na civilização unitária tecnicista, que já se estendeu pelo mundo contemporâneo inteiro, as antigas certezas morais, pelas quais eram até agora sustentadas cada uma das grandes culturas, estão amplamente destruídas. A visão tecnicista do mundo prescinde dos valores, e para tal, a Igreja incumbiu-se de repassar seus valores morais, visíveis nas encíclicas *Veritatis Splendor* e *Evangelium Vitae*.

A estrutura da encíclica *Veritatis Splendor* é muito simples num primeiro momento. Após uma breve introdução, que esclarece o ponto de partida e o objetivo do texto, segue um primeiro capítulo, de caráter substancialmente bíblico. Este capítulo fornece também o fio condutor, o diálogo do jovem rico com o senhor sobre a questão: “Que devo fazer para alcançar a vida eterna?”¹²⁷. O segundo capítulo insere estes elementos na discussão de hoje sobre os fundamentos do agir moral, ou seja, a relação entre liberdade e verdade. O papa afronta aqui o tema decisivo do nosso tempo, que depois do fim das ditaduras comunistas só se tornou ainda mais necessário compreender o que é “agir dentro da moral”, e a Igreja apresenta sua posição.

O texto inicia afirmando que “Jesus Cristo, Luz verdadeira que a todo homem ilumina”, e é santificado pela “obediência a verdade”, a qual pode ser interpretada como sendo a figura de Deus. E segue afirmando aos bispos que esta obediência nem sempre é fácil, pois para a Igreja o homem tem buscado uma liberdade, que na verdade é uma ilusão. “E assim, abandonando-se ao relativismo

circunstâncias. A publicação da encíclica, a respeito do controle artificial de natalidade, acabou por causar protestos.

e ao ceticismo, ele vai à procura de uma ilusória liberdade fora da própria verdade”¹²⁸. Pois o homem está sempre em busca da verdade em todas as áreas e até no sentido da vida, nesse momento a encíclica afirma

Esta verdade é indicada pela lei divina, norma universal e objetiva da moralidade. O juízo da consciência não estabelece a lei, mas atesta a autoridade da lei natural e da razão prática face ao bem supremo, do qual a pessoa humana se sente atraída e acolhe os mandamentos. A consciência não é uma fonte autônoma e exclusiva para decidir o que é bom e o que é mau; pelo contrário, nela está inscrito profundamente um princípio de obediência relacionado com a norma objetiva, que fundamenta e condiciona a conformidade das suas decisões com os mandamentos e as proibições que estão na base do comportamento humano.¹²⁹

O intuito maior desta encíclica se apresenta logo na introdução, quando o papa pede para que os bispos se indaguem: “Como discernir o bem do mal?” E ele mesmo responde: “Fazei brilhar sobre nós, Senhor, a luz da vossa face”¹³⁰.

Que mal é este que a Igreja Católica teme? Será o avanço da ciência, a explicação científica para o surgimento da vida, ou ainda a violência contra a vida, em todas as suas formas?

Maria Lucia Montes¹³¹ define esse mal para a Igreja como sendo a secularização, pois para ela as religiões em geral, no contexto contemporâneo, “perderam a centralidade” com relação à capacidade de conferir significado à

¹²⁷ (Mt. 19,16)

¹²⁸ Veritatis Splendor. IN: Encíclicas de João Paulo II (1978-). Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 744.

¹²⁹ Id. Ibid. p. 814.

¹³⁰ (Sl 4,7).

existência do homem e à sua experiência de vida, devido ao progressivo processo de laicização ou secularização que vem tomando conta das sociedades do mundo ocidental. Esse processo acaba fazendo com que muitas pessoas busquem novas religiões e novas formas de religiosidades. Conforme Maria Lucia Montes:

A partir da década de 20 surgiram os ‘inimigos’ da Igreja Católica, o protestantismo, e as religiões afro-brasileiras, incorporadas sob a designação vaga de ‘espiritismo’, ao lado do pensamento cientificista e da secularização, que ameaçam a posição institucional e a hegemonia espiritual do catolicismo não só no Brasil, como no mundo todo.¹³²

Na encíclica *Veritatis Splendor* fica claro a necessidade da Igreja se apresentar como uma educadora, pois, Deus, para a mesma, é “o caminho, a verdade e a vida”¹³³.

Na Igreja, permanece sempre viva a consciência do seu dever de investigar a todo momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do evangelho, para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura e da relação entre ambas¹³⁴.

Podemos perceber, então, que a Igreja analisa os novos desafios da história para depois interpretar ao seu modo e mostrar para a população que ela também possui uma solução para as suas indagações, até as mais recentes. Isso seria um mecanismo de defesa para não perder fiéis e até conseguir angariar mais alguns,

¹³¹ MONTES, Maria Lucia. “As figuras do sagrado: entre o público e o privado”. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. SP: Cia das Letras, 1998, p. 66.

¹³² Id. Ibid. p. 82.

¹³³ (Jo 14,6)

¹³⁴ *Veritatis Splendor*. IN: *Encíclicas de João Paulo II (1978-)*. Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 745.

pois estar atenta aos problemas atuais e poder dialogar com eles demonstra uma Igreja preocupada com seu povo e disposta a contribuir. Assim pareceu o Concílio Vaticano II, que nada mais seria do que revisar os problemas vividos pela sociedade e até mesmo pela Igreja e encontrar uma maneira de sintonizar a mesma com a sociedade, de forma a não oporem interesses, mas sim que o objetivo fosse de encontro com os interesses da população. “O Concílio Vaticano II permanece um testemunho extraordinário desta atitude da Igreja que, perita em humanidade, se põe a serviço de cada homem e do mundo inteiro”¹³⁵.

Durante todo o discorrer do texto a encíclica *Veritatis Splendor* invoca o conteúdo conciliar apenas para confirmar suas palavras em relação à permanência da doutrina moral católica e não para discutir os pontos progressistas do Concílio Vaticano II¹³⁶.

Na introdução da encíclica, fica claro que o Colégio Episcopal reflete constantemente sobre o ensinamento moral para a humanidade, no qual se explica o conceito de “verdade” para a Igreja, que é os ensinamentos de Deus e Jesus Cristo, e estes ensinamentos contribuem para uma melhor compreensão das exigências morais nos âmbitos da sexualidade humana, da família, da vida social, econômica e política. Na verdade, a Igreja visa discutir nesta encíclica a conservação do que podemos chamar de “patrimônio moral do catolicismo”, que seria as concepções formuladas pela Igreja desde seus primórdios para a sua organização e sustentação. Esse patrimônio vai desde os 10 mandamentos até os

¹³⁵ Veritatis Splendor. IN: Encíclicas de João Paulo II (1978-). Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 746.

¹³⁶ Isto fica claro nas páginas da encíclica. Id. Ibid. p. 775, 777, 793, 808 e 809.

votos de castidade e seu posicionamento contra o aborto e os métodos contraceptivos, os quais a Igreja sabe do risco de desmantelamento.

Hoje, porém, parece necessário refletir sobre o conjunto do ensinamento moral da Igreja, com a finalidade concreta de evocar algumas verdades fundamentais da doutrina católica que, no atual contexto, correm o risco de serem deformadas ou negadas¹³⁷.

A encíclica foi redigida depois do Catecismo da Igreja Católica por isso remete ao Catecismo como um texto de referência, e busca afrontar algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja com uns problemas controversos entre os estudiosos da ética e da teologia moral, que, segundo a Igreja, acabaram confundindo a idéia do agir moral.

Em algumas correntes do pensamento moderno, chegou-se a exaltar a liberdade até ao ponto de se tornar um absoluto, que seria a fonte dos valores. Nesta direção, movem-se as doutrinas que perderam o sentido da transcendência ou as que são explicitamente atéias. Atribuíram-se à consciência individual as prerrogativas de instância suprema do juízo moral, que decide categórica e infalivelmente o bem e o mal. A afirmação do dever de seguir a própria consciência foi indevidamente acrescentada aquela outra de que o juízo moral é verdadeiro pelo próprio fato de provir da consciência. Deste modo, porém, a imprescindível exigência de verdade desapareceu em prol de um critério de sinceridade, de autenticidade, de acordo consigo próprio, a ponto de se ter chegado a uma concepção radicalmente subjetivista do juízo moral.¹³⁸

¹³⁷ Id. Ibid. p. 747.

¹³⁸ Id. Ibid. p. 781-782.

Nesta passagem a Igreja questiona o fato dos estudiosos e até teólogos terem direcionado as pessoas para um refletir do juízo moral de forma muito individualista e interiorizada criando suas próprias regras e valores. E acredita ser culpa das ciências humanas

São de lembrar ainda algumas interpretações abusivas da pesquisa científica a nível antropológico. Partindo da grande variedade de tradições, hábitos e instituições existentes na humanidade, concluem senão sempre pela negação de valores humanos universais, pelo menos com uma concepção relativista da moral.¹³⁹

Fica evidente a preocupação da Igreja Católica em divulgar seus valores morais, pois ela teme a descristianização, que comporta não só a perda de fiéis como também a queda da predominância dos seus valores morais.

Após a introdução inicia, na encíclica *Evangelium Vitae*, a explanação sobre “os atentados contra a vida”¹⁴⁰ com a passagem bíblica onde Caim mata seu irmão Abel¹⁴¹. Em seguida deixa claro o objetivo da mesma.

A presente encíclica, fruto da colaboração do Episcopado de cada país do mundo, quer ser uma reafirmação precisa e firme do valor da vida humana e da sua inviolabilidade, e, conjuntamente, um ardente apelo dirigido em nome de Deus a todos e cada um: respeita, defende, ama e serve à vida.¹⁴²

Essa preocupação da Igreja em se posicionar contra as “ameaças da vida” é visível em todo o texto, e para tal explicação busca um culpado, o avanço

¹³⁹ Id. Ibid. p. 783.

¹⁴⁰ *Evangelium Vitae*. IN: Encíclicas de João Paulo II (1978-). Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 886.

¹⁴¹ Id. Ibid. p. 893 (Gn 4,8).

¹⁴² Id. Ibid. p. 891-892.

científico e tecnológico, os setores públicos que apóiam essas ameaças através da criação de leis e os setores da saúde.

Infelizmente, tão inquietante panorama, longe de diminuir, tem vindo a dilatar-se: com as perspectivas abertas pelo progresso científico e tecnológico, nascem outras formas de atentados à dignidade do ser humano, enquanto se delineia e consolida uma nova situação cultural que dá aos crimes contra a vida um aspecto inédito e _ se é possível _ ainda mais iníquo, suscitando novas e graves preocupações: amplos setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual e, sobre tal pressuposto, pretendem não só a sua impunidade mas ainda a própria autorização do Estado para praticá-los com absoluta liberdade e, mais, com a colaboração gratuita dos serviços de saúde.¹⁴³

A Igreja Católica coloca “atentados à vida” como sendo: o aborto, os métodos contraceptivos, as técnicas de reprodução artificial, o infanticídio e a eutanásia, extremamente criticados na encíclica *Evangelium Vitae* com as seguintes justificações. Para facilitar a difusão do aborto, foram investidas somas enormes, destinadas à criação de remédios que tornem possível a morte do feto no ventre materno, sem necessidade de recorrer à ajuda do médico. Afirma-se freqüentemente que a contracepção, tornada segura e acessível a todos, é o remédio mais eficaz contra o aborto. De fato, a cultura pró-aborto aparece sobretudo desenvolvida nos mesmos ambientes que recusam o ensinamento da Igreja sobre a contracepção. Certo é que a contracepção e o aborto são males especificamente diversos do ponto de vista moral: uma contradiz a verdade

¹⁴³ Id. Ibid. p. 889.

integral do ato sexual enquanto expressão própria do amor conjugal, o outro destrói a vida de um ser humano; a primeira opõe-se à virtude da castidade matrimonial, o segundo opõe-se à virtude da justiça e viola diretamente o preceito divino “não matarás”. O infanticídio é criticado por esse mesmo motivo.

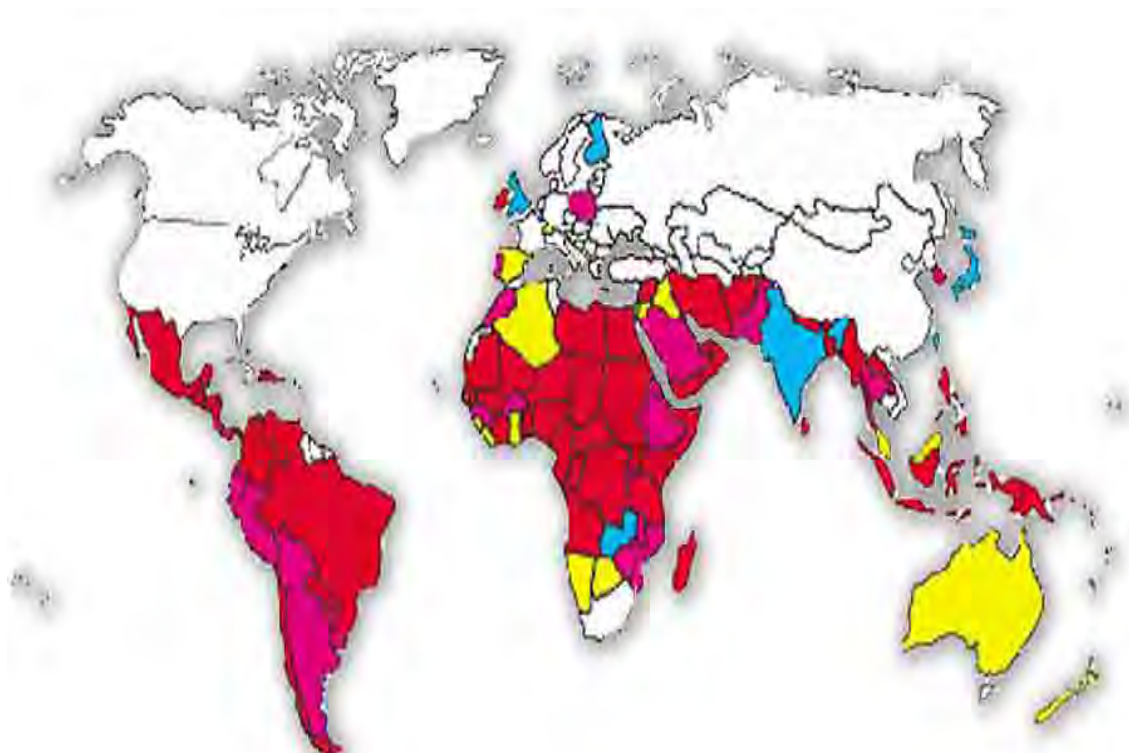
No caso das várias técnicas de reprodução artificial a Igreja nega pelo fato de que parecem estar a serviço da vida e que, não raro, são praticadas com essa intenção, mas na realidade abrem a porta a novos atentados contra a vida. Para além do fato de serem, para a Igreja, moralmente inaceitáveis, porquanto separam a procriação do contexto humano do ato conjugal.

A eutanásia, ora mascarada, ora atuada abertamente e até legalizada, para além do motivo de presumida compaixão diante da dor do paciente, às vezes pretende-se justificar a eutanásia também com uma razão utilitarista, isto é, para evitar despesas improdutivas demasiado pesadas para a sociedade, e sob esse ponto de vista a Igreja vê a eutanásia como mais um crime contra a vida.

Antes do início do século XIX não existia legislação sobre o aborto. Em 1869 o Papa Pio IX declarou que a alma se incorpora no momento da concepção, como resultado, as leis vigentes no século XIX não permitiam qualquer forma de interrupção da gravidez. Estas leis formam a base da legislação restritiva sobre o aborto que ainda existe hoje em muitos países em desenvolvimento. Entre 1950 e 1985, quase todos os países desenvolvidos liberalizaram as suas leis sobre o aborto por motivos de direitos humanos e segurança. Em países onde o aborto é ilegal, é devido à presença ampla de católicos. Por esses índices a Igreja se sente

questionada e responde a estas mudanças com o reafirmar de suas doutrinas, isto é notável na encíclica *Evangelium Vitae*.

Um dos assuntos mais discutidos e polêmicos da encíclica *Evangelium Vitae* é a questão do aborto, pois a Igreja sentiu-se ameaçada principalmente após a década de 90 devido o aumento da legalização do aborto por muitas nações e isto interferia diretamente em um dos seus mandamentos, o de não atentar contra a vida do seu próximo, e por também vetar a função, segundo a Igreja, “sagrada” da mulher: a de gerar filhos. Através deste mapa é possível observar como se encontra a situação legal do aborto.



Mapa retirado do site www.aborto.com.br/legislação Acesso em 17 set. 2005.

Os países que estão nas cores em vermelho: o aborto é ilegal em todas as circunstâncias ou é permitido apenas em caso de risco de vida da mulher. São eles: Américas e Caraíbas: Brasil, Colômbia, Chile, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai,

Venezuela. África Sub-Saara: Angola, Benin, África Central, Congo, República do Congo, Gabão, Guiné-Bissau, Kenya, Madagascar, Mali, Mauretania, Nigéria, Senegal, Somália, Tanzânia, Togo. Médio Oriente e África do Norte: Afeganistão, Egito, Irã, Líbano, Líbia, Oman, Sudão, Síria. Ásia e Pacífico: Bangladesh, Indonésia, Laos, Myanmar, Nova Guiné, Filipinas, Sri Lanka. Europa: Irlanda, Malta. Os países em rosa: o aborto é permitido por lei apenas em risco de vida ou para proteger a saúde física da mulher. São: Américas e Caraíbas: Argentina, Bolívia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai. África Sub-Sara: Burundi, Camarão, Etiópia, Guiné, Moçambique. Médio Oriente e África do Norte: Kuwait, Marrocos, Arábia Saudita. Ásia e Pacífico: Paquistão, Coreia do Sul, Tailândia. Europa: Polónia, Portugal. Em amarelo: o aborto é permitido por lei apenas em risco de vida ou para proteger a saúde mental da mulher. Em azul: o aborto é permitido por lei com base em motivos socioeconómicos. E por fim em branco: aborto é permitido mediante requisição.

Na Igreja Católica não há uma única doutrina vigente sobre contraceção e aborto. No entanto, a mais conhecida é a doutrina conservadora defendida pelo Papa, por muitos membros da hierarquia e, também, por uma minoria significativa de teólogos católicos. Esta doutrina insiste em afirmar que todos os meios de contraceção artificial e o aborto são contra as leis de Deus. Para esta perspectiva conservadora os métodos contraceptivos não podem sequer ser utilizados por uma pessoa cujo cônjuge está infectado com HIV. Certamente esta é uma leitura possível das tradições católicas e cristãs, porém muitas pessoas a consideram extrema.

No catolicismo, existe uma doutrina moderada e sensata que tem sido escondida do público e divulgada apenas por alguns padres liberais. Somente a doutrina extremamente conservadora tem sido apregoada mundo afora, principalmente pelo Vaticano. Esta perspectiva também é intensamente defendida no âmbito das Nações Unidas, onde o catolicismo é a única religião a ter direito a voz e voto como se fora uma nação. E apesar de haver perspectivas mais moderadas, e inclusive mais liberais, sobre planejamento familiar - que são completa e inteiramente católicas -, o Vaticano tem sido muito ativo na defesa da perspectiva de restrição absoluta com relação aos métodos contraceptivos. A partir da posição privilegiada que ocupa nas Nações Unidas e em conjunto com as nações "católicas", o Vaticano estabeleceu alianças com nações conservadoras da religião islâmica, e juntos conseguiram proibir qualquer referência à contracepção e ao planejamento familiar na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992. Por sua vez, esta aliança obstaculizou as negociações na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e impediu qualquer discussão racional sobre o aborto.

A doutrina católica sobre contracepção e aborto não se mantém constante ao longo da história. O que muitas pessoas -incluindo muitos católicos- pensam que seja "a doutrina católica" sobre este tema, na realidade, data da Encíclica de 1930, *Casti Connubii*¹⁴⁴, do Papa Pio XI. Antes disso, a doutrina era contraditória e de difícil compreensão. Pio XI decidiu, então, torná-la mais clara, no entanto,

¹⁴⁴ Encíclicas e Documentos Sociais. Da "Rerum Novarum" à "Octogésima Adveniens". Frei Antonio de Sanctis (org). SP: LTr, 1972, p. 112.

introduziu uma mudança sobre o tema ao afirmar que contracepção e esterilização se tratavam de pecados contra a natureza e aborto um pecado contra a vida. Segundo Manuel Foyaca, "a contracepção e o aborto, associados a feitiçaria e bruxaria, foram geralmente proibidos em ensinamentos anteriores"¹⁴⁵. A Igreja Católica, mais especificamente o Vaticano, em seus pronunciamentos e documentos apresenta os pontos de vista mais extremos e conservadores sobre a ética da reprodução, de forma a parecer que a perspectiva do Vaticano é a única perspectiva vigente.

A Igreja trabalha ainda com outras formas de afirmação de sua doutrina, como no documento “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo”¹⁴⁶ cujo autor é Joseph Ratzinger¹⁴⁷, atual Papa Bento XVI. Ele colocava cada qual em seu lugar evitando o feminismo desenfreado, pois este representa perigo para a constituição das famílias. A função deste documento foi pôr um fim nos pensamentos liberais de alguns clérigos que gostariam que a Igreja atenuasse a ortodoxia em relação a alguns comportamentos, também serviu para demonstrar que a Igreja não aceita discutir sobre o sacerdócio feminino.

Hans Kung¹⁴⁸ acredita que muitas mulheres se afastaram da Igreja pelas posições do papa João Paulo II, ou seja, da Igreja Católica, sobre a concepção e a proibição da ordenação das mulheres, erradamente baseada na vontade divina.

¹⁴⁵ FOYACA, Manuel (Pe.). *As Encíclicas Sociais*. RJ: Agir, 1967, p.51.

¹⁴⁶ Essas cartas são referência para o clero, que significam uma resposta rápida à sociedade.

¹⁴⁷ Na época da publicação do documento, Joseph Ratzinger, era o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, escolhido por João Paulo II em 1981.

¹⁴⁸ Teólogo suíço autor de um artigo no site WWW.universocatólico.com.br. KUNG, Hans. *Teólogo diz que o papa matou a vida na igreja*. Disponível em <<<http://www.universocatólico.com.br>>>. Acesso em: 15 out. 2003, 09h28.

Esta posição moral sobre a ordenação das mulheres persiste, pois João Paulo II deixou como herança uma série de bispos e cardeais ultraconservadores, inclusive o atual papa Bento XVI, até então cardeal Joseph Ratzinger, sendo o cardeal mais próximo de João Paulo II. “Sob este papa se impôs um sistema de governo rígido e centralizado, com uma multiplicação de obrigações e proibições, que mataram a vida dentro da Igreja”¹⁴⁹.

Desta mesma idéia compartilha outro teólogo Leonardo Boff¹⁵⁰, que com seu livro “Igreja: Carisma e Poder” sofreu grandes contestações e punições por parte da Igreja, que mostra muita preocupação com referência à concentração do poder na Igreja.

O leigo tem pouquíssima participação no nível das decisões. Devemos saudar o Concílio Vaticano II que nos entregou acerca da participação dos cristãos na vida e nas estruturas da Igreja. Sabemos, entretanto, com que dificuldade isto ocorre, se ocorre. Os leigos não têm voz e voto nos concílios, nos sínodos, e nas conferências episcopais.¹⁵¹

Por outro lado, vemos muitos fiéis católicos que atualmente se manifestam até pela internet a favor do pontificado de João Paulo II, e do direcionamento da Igreja Católica

Graças a Deus sua santidade o Papa João Paulo II, sob a maternal proteção da santíssima Virgem Maria, está conseguindo acabar com as heresias, como a da Teologia da Libertação, infelizmente ainda há alguns bispos que seguem esta linha, mas a imensa maioria já está

¹⁴⁹ Id. Ibid.

¹⁵⁰ BOFF, Leonardo. Igreja: Carisma e Poder. Uma justificação contra falsas leituras. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, vol. 42, fasc. 166, junho de 1982.

¹⁵¹ Id. Ibid. p. 238.

chegando à idade de aposentar-se. Solução? A Doutrina da Igreja vista por seu lado social.¹⁵²

Diversas questões relativas à homossexualidade foram recentemente tratadas várias vezes pelo Estado dos países de todo o mundo e pelo papa João Paulo II, em nome da Igreja Católica. Em 31 de julho de 2003, o Vaticano publicou um documento¹⁵³ sobre uniões entre homossexuais, assinado pelo, até então, Cardeal Joseph Ratzinger e aprovado pelo papa João Paulo II.

A preocupação da Igreja é, todavia, maior com os países que já concederam ou se propõem conceder reconhecimento legal às uniões homossexuais, alargando-o, em certos casos, mesmo à habilitação para adotar filhos. O documento não contém elementos doutrinários novos (comum nas publicações da Igreja), entendem apenas recordar os pontos essenciais sobre a união entre homossexuais e fornecer algumas argumentações que possam ajudar os bispos a formular intervenções mais específicas, “...destinadas a proteger e promover a dignidade do matrimônio, fundamento da família, e a solidez, de que essa instituição é parte constitutiva”¹⁵⁴.

Em relação às uniões entre homossexuais, as autoridades civis assumem diversas atitudes. Por vezes, limitam-se a tolerar a união, outras vezes, promovem o reconhecimento legal dessas uniões, com o objetivo de tentar evitar a discriminação de quem convive com uma pessoa do mesmo sexo. Em alguns

¹⁵² RAMALHETE, Carlos. Opinião dos leitores. Disponível em: <<<http://www.universocatolico.com.br>>>. Acesso em: 21 abr. 2003.

¹⁵³ RATZINGER, D. Joseph. Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais. Texto integral do documento disponível em: <<<http://www.universocatolico.com.br>>>. Acesso em: 25 ago. 2003.

¹⁵⁴ Id. Ibid. p. 02.

casos, chegam a favorecer legalmente as uniões homossexuais com o matrimônio propriamente dito, sem excluir o direito de adotar filhos.

Para este argumento, o de evitar a discriminação, a Igreja é objetiva: “Há que lembrar que a tolerância do mal é muito diferente da aprovação ou legalização do mal”¹⁵⁵; observa-se que a palavra mal se refere à união entre homossexuais. E conclui

Reconhecer legalmente as uniões homossexuais ou equipará-las ao matrimônio, significaria, não só aprovar um comportamento errado, com a consequência de converte-lo num modelo para a sociedade atual, mas também ofuscar valores fundamentais que fazem parte do patrimônio comum da humanidade.¹⁵⁶

O Vaticano publicou, em 29 de novembro de 2005, um documento regulamentando o tratamento de seminaristas e padres homossexuais, intitulado “Instrução sobre os Critérios de Discernimento Vocacional acerca das Pessoas de Tendências Homossexuais e da sua Admissão ao Seminário e às Ordens Consagradas”, que estabelece que não podem ser admitidos nos seminários nem ser ordenados padres aqueles que “praticam o homossexualismo; apresentam tendência homossexual ou sejam engajados na considerada cultura gay”.¹⁵⁷

A investida contra o homossexualismo, além de refletir em boa medida uma preocupação do Vaticano com os danos à sua imagem que as recentes denúncias de abuso sexual, principalmente nos EUA, têm causado, revela a retomada de

¹⁵⁵ Id. Ibid. p. 04

¹⁵⁶ Id. Ibid p. 07.

¹⁵⁷ Informações obtidas no jornal: FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 30 nov. 2005. Folha Mundo. “Vaticano publica documento que veta gays”.

uma prática clássica da Igreja contra o homossexualismo e outros temas que considera ir contra os princípios da moral católica.

A Igreja Católica coloca o Estado como sendo um dos maiores disseminadores da política “antinatalista”¹⁵⁸, com a justificação de que os países desenvolvidos e subdesenvolvidos incluem a contracepção, a esterilização e o aborto entre as causas que contribuem para determinar as situações de forte queda da natalidade e auxiliar na manutenção da sociedade.

Ao concluir as duas encíclicas, tanto a *Veritatis Splendor* quanto a *Evangelium Vitae*, João Paulo II, em nome da Igreja Católica, refere-se à Maria, uma característica do pontificado desse papa, como “mãe da Igreja e do seu povo, sendo a única que pode socorrer a população, mostrando o caminho para a salvação”.¹⁵⁹

Segundo Helena H. Nagamine Brandão, todo discurso possui uma função de dominação, “toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se, e para tal é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade”¹⁶⁰, ou seja, o fiel acaba colaborando com o fortalecimento da doutrina a partir do momento em que acredita na mesma.

Seguindo o raciocínio de Helena Brandão, podemos observar o sujeito do discurso das encíclicas, pois o locutor é aquele que se representa como *eu* no discurso, portanto, João Paulo II, pois as palavras parecem sair dele. Enunciador

¹⁵⁸ Assim chamada pelo papa na encíclica *Evangelium Vitae*. : Encíclicas de João Paulo II (1978-). Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 906.

¹⁵⁹ Encíclicas de João Paulo II (1978-). Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997, p. 883 e 1033.

é a perspectiva que esse eu constrói, a Igreja Católica. E por fim o autor, que é a função social que esse *eu* assume enquanto produtor da linguagem, ou seja, Karol Wojtyla, enquanto João Paulo II, fala como o líder da Igreja Católica. Essa mesma idéia é compartilhada por Maria do Rosário Gregolin¹⁶¹, para ela quem diz *eu* no texto não é o autor, e sim o locutor, ele repassa a mensagem devido a função social que ocupa.

Embora o papa seja oficialmente o responsável pela encíclica, o texto tem uma ordem de “não autoria” nominal, mas o seu conteúdo textual é herança de um discurso repleto de regras seculares na forma de produção propriamente discursiva, a encíclica, nesse caso, é um modelo que se institui sem ser necessariamente autoral.

3.3. A SUSTENTAÇÃO DA DOCTRINA CONSERVADORA DA IGREJA CATÓLICA NO PONTIFICADO DE JOÃO PAULO II ATRAVÉS DAS ENCÍCLICAS

Segundo Ivan Manoel¹⁶², as encíclicas não são produzidas apenas para concluir a fala anterior, pois elas recuperam o conteúdo e rearticulam o discurso, confirmando a doutrina tradicional e insistindo como a “única via” para melhorar a justiça no mundo atual. No entanto, deve ficar claro que as encíclicas são produto de toda uma organização, e não apenas de um autor, como complementa Paula Montero:

¹⁶⁰ BRANDÃO, Helena. Introdução a análise do discurso. 8ª Edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2002, p. 25.

¹⁶¹ GREGOLIN, M. R. A análise do discurso: conceitos e aplicações. Alfa – Revista de Lingüística. São Paulo: 1995, vol. 39, p. 19.

¹⁶² Melhor citado nessa dissertação na página 61. MANOEL, Ivan. João Paulo II, A Laborem Exercens e a tradição: Marcar passo! IN: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. Araraquara: UNESP, v. 7, 1984, p. 75-80.

O discurso que organiza sua ação não pode ser reduzido às falas do magistério pessoal do papa ou aos documentos oficiais. Sabemos que boa parte destes documentos representam o compromisso entre vários grupos atuantes no seio da Igreja.¹⁶³

Conforme Foucault¹⁶⁴, uma possibilidade de análise dos documentos papais é caracterizar o discurso como prática de um certo adestramento via institucional (pelo que se prega na forma de regras, como as encíclicas). Na verdade, os discursos das encíclicas estabelecem uma série de condutas em relação à prática cotidiana, nos quais o papa não pode ser definido como sujeito do que pensa, faz e diz. Ele incorpora, na verdade, um sujeito que não é ele próprio, na realidade é apenas o portador de um sujeito (portador do que é a Igreja Católica). Foucault¹⁶⁵ diz que é possível perceber nos textos a função do sujeito (como é o caso do papa), mas não quer dizer que haja necessariamente um sujeito individual, existe o sujeito coletivo, que neste caso pode denominar a Igreja Católica, e o sujeito portador, que denomina o Papa, aquele que repassa os preceitos da Igreja.

Pierre Bourdieu¹⁶⁶ define o trabalho religioso realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais. Ou seja, a Igreja responde porque acredita que suas práticas religiosas representam a resposta certa às necessidades da população.

¹⁶³ MONTERO, Paula. Tradição e Modernidade: João Paulo II e o problema da cultura. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, nº 20, ano 7, outubro de 1992, p. 91.

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michel. O que é um autor? 4ª ed. Portugal: Veja / Passagens, 2000.

¹⁶⁵ Id. Ibid. p. 23.

João Batista Libânio¹⁶⁷, em janeiro de 1978, aurora do último ano de vida de Paulo VI, resume uma crítica amarga e severa à sociedade atual, chamando-a de “sociedade dessacralizada, sem alma, sem amor”. E ainda lembra o rigor doutrinal e a função pastoral dos bispos e do papa de intervir para defender os fiéis de “deploráveis desvios”, mais claro não podia falar Paulo VI sobre suas preocupações pelo que estava acontecendo no interior da Igreja.

No fundo, para Paulo VI estavam em jogo duas correntes, uma de desgaste, de esfacelamento, de decomposição dos valores, das verdades, da disciplina eclesiástica, de doutrina objetiva e outra, de uma fonte nova de energia, o Concílio Vaticano II, que poderia construir algo novo, diferente, que para João XXIII era uma perspectiva de reordenamento.

João Paulo I, apesar de súbita passagem pela liderança do Vaticano, sintetiza seus ideais nesta frase

Queremos conservar intacta a grande disciplina da Igreja, na vida dos sacerdotes e fiéis, tal como a celebrada riqueza de sua história que assegurou através dos séculos, com exemplos de santidade e de heroísmo, quer no exercício das virtudes evangélicas, quer no serviço dos pobres, dos humildes e dos indefesos.¹⁶⁸

Para Libânio, a “grande disciplina”¹⁶⁹ identifica-se praticamente com a tradição da Igreja e exprime-se na sua forma mais visível de solidez e estabilidade do Direito Canônico.

¹⁶⁶ BOURDIE, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso”.IN: A Economia das trocas simbólicas. Trad. Sergio Miceli. 5ª ed. SP: Perspectiva, 2001, p. 33.

¹⁶⁷ LIBÂNIO, João Batista. A Volta à Grande Disciplina. 2ª Ed. SP: Loyola, 1984, p. 08-09.

¹⁶⁸ Id. Ibid. p. 10.

¹⁶⁹ Id. Ibid. p. 10.

Libânio define bem o que ocorreu após o Concílio Vaticano II no pontificado de Karol Wojtyła

Diante de uma situação de certa anomia que parecia crescer no interior da Igreja depois das rápidas e violentas mudanças ocasionadas pelo vendaval armado em torno ao evento eclesial do século: o Concílio Vaticano II, constata-se através de discursos e práticas uma “volta à disciplina”¹⁷⁰

João Paulo II retoma a temática, nesse contexto de disciplina, relembra a fidelidade ao magistério de Pedro, especialmente no campo da doutrina e no respeito às normas litúrgicas. A clareza com que esses papas falam dessa disciplina revela, sem dúvida, uma vontade decidida de reordenar uma situação, sentida como confusa, incontrolada, entregue aos impulsos subjetivos da população mundial.

Essa vontade de reordenar, sentida pela Igreja, afirma o que Pierre Bourdieu concluiu “que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo para a legitimação do poder dos dominantes e para a domesticação dos dominados”¹⁷¹.

Para Jerzy Turowicz,

Podemos encontrar no pontificado de João Paulo II os demônios do nacionalismo, da intolerância e do conservadorismo, que negam todas as conquistas dos tempos modernos, inquieta-nos, ainda, a volta da certeza da fé, tão característica e clara na pregação de João Paulo II. A certeza da fé e a exigência da reconstrução da plena identidade cristã,

¹⁷⁰ LIBÂNIO, João Batista. *A Volta a Grande Disciplina*. SP: Loyola, 1984.

¹⁷¹ BOURDIEU, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso”. IN: *A Economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. 5ª ed. SP: Perspectiva, 2001, p. 32.

a exigência feita aos católicos para que aceitem a totalidade da fé e das normas da moral. Esta volta carrega a certeza do perigo do dogmatismo que bloqueia o processo de uma renovação e reforma da Igreja.¹⁷²

Essa vontade de reordenar o magistério da Igreja ficou clara durante todas as pregações do papa João Paulo II, principalmente nos seus discursos das encíclicas *Veritatis Splendor* e *Evangelium Vitae*, nas quais demonstra insistentemente o desejo de fortalecer a moral católica, de retornar aos velhos preceitos do catolicismo, e de buscar a permanência da identidade católica, como sendo conservadora, o que acabou representando o arcabouço¹⁷³ do pontificado de João Paulo II e conseqüentemente a sustentação da doutrina conservadora da Igreja Católica.

¹⁷² TUROWICZ, Jerzy. João Paulo II e a unidade da Europa. Comunicações do ISER, ano 9, nº 39, 1990, p. 36-37.

¹⁷³ Este termo foi utilizado durante a dissertação e até para denominá-la, por representar o esqueleto, o sustento, a firmeza, a diretriz, a ostentação da doutrina moral da Igreja Católica no pontificado de João Paulo II.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o Concílio Vaticano II não trouxe grandes mudanças à doutrina católica, apesar de ter sido esperado por alguns como um grande transformador, o concílio acabou confirmando a inflexibilidade da Igreja Católica principalmente em relação a assuntos como a união de homossexuais, o aborto, a eutanásia, os métodos contraceptivos, e outros assuntos sobre a moral cristã.

A Igreja Católica não levou adiante a proposta do Concílio Vaticano II de repensar sua doutrina sob a luz dos tempos atuais, o que leva à compreensão de que a Igreja buscou, e continua a buscar, no pontificado de João Paulo II direcionar seus fiéis conforme seus preceitos.

Os anos seguintes do Concílio Vaticano II criaram na Igreja uma enorme expectativa ecumênica, no entanto, o próprio mal-estar interno da Igreja, por causa de intervenções autoritárias, prejudicaram o diálogo ecumênico. O pedido público de perdão do Papa João Paulo II¹⁷⁴, sua reflexão na carta encíclica *Ut Unum Sint*, sobre o exercício do primado num diálogo fraterno, e suas inúmeras viagens com intenção de estabelecer diálogos de paz entre as nações, não foram suficientes para apagar a imagem de autoritária da Igreja Católica.

João Paulo II marcou uma freada no processo de modernização da Igreja, porque temia a perda da identidade cristã. No fundo ele tentou reforçar a identidade da Igreja em torno da figura do papa. Ele será associado ao retrocesso da Igreja em relação à abertura e à oxigenação iniciadas no Concílio Vaticano II. À democratização promovida então se opôs ao conservadorismo ideológico do

¹⁷⁴ Mais informações no livro: ACCATTOLI, Luigi. Quando o Papa pede perdão: Todos os mea culpa de João Paulo II. São Paulo: Paulinas, 1997.

papa, que nomeou a grande maioria dos cardeais com poder de voto, com perfil semelhante ao seu, a fim de preservar sua linha doutrinária.

Centralizador, combateu a autonomia na Igreja, valorizou a hierarquia e a disciplina, punindo dissidentes. No Brasil combateu as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e condenou alguns teólogos como Leonardo Boff.

O Pontificado de João Paulo II, mesmo sendo adorado por muitos, mostrou-se ser conservador até o final, esta idéia é visível no discurso das encíclicas, a posição firme e decidida das encíclicas *Veritatis Splendor* e *Evangelium Vitae*, que retomam a moral católica, anuncia esse conservadorismo, nelas está definido os temas que representaram os arcabouços do governo de João Paulo II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Cartas Encíclicas de João Paulo II:

Veritatis Splendor - O Esplendor da Verdade, de 06 de agosto de 1993;

Evangelium Vitae - O Evangelho da Vida, de 25 de março de 1995;

BIBLIOGRAFIA

Artigos de Revistas

AGOSTINI, Nilo. Jesus Cristo e a vivência da Ética nos dias atuais. Fragmentos de Cultura: Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás. Goiás: UCG, v. 12, n. 2, mar./abr. 2002, p. 171-196.

AUBERT, Roger. As novas Fronteiras da historiografia eclesiástica. Revue d'histoire ecclesiastique. Trad. Eduardo Bastos Albuquerque. Louvain, Belgique, Université Catholique de Louvain. Vol. 95/3 (julho - setembro de 2000). J. Pirrotte et E. Louche (dir.). Deux mille ans d'histoire de l'église. Bilan et perspectives historiographiques.

BOFF, Leonardo. João Paulo II: a volta do Carisma. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, vol. 40, fasc. 159, setembro de 1980, p. 403-405.

BOFF, Leonardo. Igreja: Carisma e Poder. Uma justificação contra falsas leituras. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, vol. 42, fasc. 166, junho de 1982.

BRATTI, Paulo. João Paulo II no Brasil: tentativa de síntese. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, vol. 40, fasc. 159, setembro de 1980, p. 416-424.

BURKE, Peter. A Invenção da biografia e o individualismo renascentista. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV 10 (19): 83-97, 1997.

GREGOLIN, M. R. A análise do discurso: conceitos e aplicações. Alfa – Revista de Lingüística. São Paulo: 1995, vol. 39, p. 13-21.

LEPARGNEUR, Pe. Hubert. A Moral na Pregação de João Paulo II no Brasil. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, vol. 40, fasc. 159, setembro de 1980, p. 462-475.

MANOEL, Ivan. João Paulo II, A Laborem Exercens e a Tradição: Marcar passo! Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. Araraquara: UNESP, v. 7, 1984, p.75-80.

1962: ano do XXI Concílio Ecumênico. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, vol. 22, fasc. 1, março de 1962.

MONTERO, Paula. Tradição e Modernidade: João Paulo II e o problema da cultura. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, nº 20, ano 7, outubro de 1992, p. 91- 112.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. IN: Estudos Históricos, RJ, FGV, 10 (19): 03-21, 1997.

TUROWICZ, Jerzy. João Paulo II e a unidade da Europa. Comunicações do ISER, ano 9, nº 39, 1990, p. 33-38.

VALLE, Edênio. João Paulo II: Que Conservadorismo? Religião e Sociedade, nº 5, 1980, p. 30-36.

Capítulos de Livros

ARENDT, Hannah. “Angelo Giuseppe Roncalli: um cristão no trono de São Pedro de 1958 a 1963”. IN: _____. Homens em Tempos Sombrios. Trad. Denise Bottmann; posfácio Celso Lafer. SP: Cia das Letras, 1987, p. 57-66.

BOURDIE, Pierre. “Gênese e estrutura do campo religioso”. IN: A Economia das trocas simbólicas. Trad. Sergio Miceli. 5ª ed. SP: Perspectiva, 2001, p. 27-78.

_____. “Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber”. IN: A Economia das trocas simbólicas. Trad. Sergio Miceli. 5ª ed. SP: Perspectiva, 2001, p. 79-98.

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. “História e Análise de Textos”. IN: _____. (orgs.). Domínios da história: Ensaio de Teoria e Metodologia. RJ: Campus, 1997, p. 375-399.

CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura”. IN: _____. Práticas da Leitura. Trad. Cristiane Nascimento. SP: Estação da Liberdade, 2001, p. 77-105.

CHAUI, Marilena. “Público, privado, despotismo”. IN: NOVAES, Adauto (org.). Ética. SP: Cia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 345-390.

COUTROT, Aline. “Religião e Política”. IN: RÉMOND, Réne (org.). Por uma História Política. Trad. Dora Rocha. RJ: UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 331-363.

DUPRONT, Alphonse. “A religião: Antropologia religiosa”. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). História: Novas Abordagens. Trad. Henrique Mesquita. RJ: Francisco Alves, 1998, p. 83-105.

GIANOTTI, José Arthur. “Moralidade Pública e Moralidade Privada”. IN: NOVAES, Adauto (org.). Ética. SP: Cia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.239.

GINZBURG, Carlo. “Um Lapso do papa Wojtyla”. IN: _____. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. Trad. Eduardo Brandão. SP: Cia das Letras, 2001, p. 219-227.

HERMANN, Jacqueline. “História das Religiões e Religiosidades”. IN: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. RJ: Campus, 1997, p. 329-352.

JULIA, Dominique. “A religião: História religiosa”. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). História: Novas Abordagens. RJ: Francisco Alves, 1998, p. 106-131.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. IN: Marieta de Moraes Ferreira & Janaina Amado (orgs). Usos e abusos da História Oral. RJ: FGV, 1998.

MONTES, Maria Lucia. “As figuras do sagrado: entre o público e o privado”. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil, v. 4. SP: Cia das Letras, 1998, p. 63-171.

MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. IN: SOUZA, Laura de Mello e (org). História da vida privada no Brasil. SP: Cia das Letras, 1998.

TEIXEIRA, Faustino. “O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso”. IN: GONÇALVES, P. S. Lopes & BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). Concílio Vaticano II: Análise e Prospectivas. SP: Paulinas, 2004, pp. 273-291.

TEIXEIRA, Faustino. Os 25 anos de Pontificado de João Paulo II. Enciclopédia Barsa Planeta. Panorama, 2004.

Livros

ACCATTOLI, Luigi. Quando o Papa pede perdão: Todos os *mea culpa* de João Paulo II. São Paulo: Paulinas, 1997.

ADRIANI, Maurílio. História das Religiões. Trad. João Gama. Lisboa / Portugal: Edições 70, 1988.

ALBERIGO, Giuseppe (dir) e BEOZZO, José Oscar (coord). “O Catolicismo rumo à nova era. O anúncio e a preparação do Vaticano II: 01/1959 – 10/1962”. Volume I. IN: _____. História do Concílio Vaticano II. Trad. João Rezende Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ALBION, Gordon e NOWEL, Robert. A Igreja no mundo Moderno. IN: Nova Enciclopédia Católica. Volume 4. RJ: Renes, 1969, p. 305-416.

ARMSTRONG, Karen. Uma história de Deus: quatro séculos de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. Trad. de Marcos Fantanita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BELLINI, Alfredo. A Preocupação Social da Igreja. SP: Loyola, 2002.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil : de João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BERNSTEIN, Carl e POLITI, Marco. Sua Santidade João Paulo II e a história oculta de nosso tempo. Trad. de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

BOSCO, Teresio. O Papa Wojtyla. Primeira Biografia Completa. 2ª Ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 15 v., 1980.

BRANDÃO, Helena. Introdução a análise do discurso. 8ª Edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

BRIGHENTI, Agenor. A Igreja do Futuro e o Futuro da Igreja. Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio. SP: Paulus, 2001.

BURKE, Peter & PORTER, Roy. Linguagem, Indivíduo e Sociedade. Trad. Álvaro Luiz Hattnher. SP: UNESP, 1993.

Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. 15ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

CORBETT, James A. História de Los Papas. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1967.

DERRICK, Christopher. O Ensino Moral e Social da Igreja. IN: Nova Enciclopédia Católica. Volume 8. RJ: Renes, 1969, p. 705-800.

DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores História dos Papas. Trad. Luis Antônio Araújo. SP: Cosac & Naify Edições Ltda, 1998.

DUPRONT, Alphonse. A Religião Católica: Possibilidades e Perspectivas. Trad. de Henrique C. de Lima Vaz. SP: Loyola, 2002.

DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. Trad. Paulo Neves. SP: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: A essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. SP: Martins Fontes, 1996.

Encíclicas de João Paulo II (1978-). Lourenço Costa (org.). Trad. de Tipografia Poliglota Vaticana. SP: Paulus, 1997.

Encíclicas e Documentos Sociais. Da “Rerum Novarum” à “Octogésima Adveniens”. Frei Antonio de Sanctis (org). SP: LTr, 1972.

Fides Et Ratio. Carta Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II aos bispos da Igreja Católica sobre as relações entre fé e razão. São Paulo: Loyola, 1998.

FISCHER-WOLLPERT, Rudolf. Os Papas de Pedro a João Paulo II. Trad. Antônio Estevão Allgayer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? 4ª ed. Portugal: Veja / Passagens, 2000.

FOYACA, Manuel (Pe.). As Encíclicas Sociais. RJ: Agir, 1967.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. O Papa João Um Camponês no Vaticano. Petrópolis / RJ: Editora Vozes Limitada, 1970.

HELLERN, Victor & NOTAKER, Henry & GAARDER, Jostein. O Livro das Religiões. SP: Cia das Letras, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. SP: Cia das Letras, 1995.

HUGHES, Philip. História da Igreja Católica, 2ª ed. São Paulo: Dominus, 1962.

Introdução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação. João Paulo II carta à CNBB sobre a Missão da Igreja e a Teologia da Libertação. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

JOÃO PAULO II. Igreja Católica. Levantai-vos! Vamos! Trad. Marcelo Gomes. SP: Planeta, 2004.

KÜNG, Hans. Projeto de Ética Mundial: Uma Moral Ecumênica em vista da sobrevivência humana. Trad. Haroldo Reimer. SP: Paulinas, 1993.

LAGRÉE, Michel. Religião e tecnologia: a benção de Prometeu. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História Novas Abordagens. Trad. Henrique Mesquita. RJ: Francisco Alves, 1998.

LIBÂNIO, João Batista. A Volta a Grande Disciplina. SP: Loyola, 1984.

LUFF, Stanley. A organização da Igreja. IN: Nova Enciclopédia Católica. Volume 6. Rio de Janeiro: Renes, 1969, p. 513-608.

MACEDO, Carmem Cinira. Imagem do Eterno: Religiões no Brasil. SP: Editora Moderna LTDA, 1989.

MESSORI, Vittorio. Cruzando o Limiar da Esperança: João Paulo II. RJ: Francisco Alves, 1994.

MCBRIEN, Richard P. Os Papas: os pontífices de São Pedro a João Paulo II. SP: Loyola, 2002.

PAPA LEÃO XIII. Encíclica Rerum Novarum. 2^a ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

Papa João Paulo 2º: Uma lição de vida na luta pela paz. SP: Publifolha, 2003.

PAPA PAULO VI. Encíclica Populorum Progressio. Salvador: Mensageiro da Fé, 1967.

RATZINGER, Joseph. João Paulo II: Relato fotográfico dos 20 anos do Pontificado. Trad. de Rosa M. A. Cunha. SP: Paulinas, 2002.

REESE, Thomas. O Vaticano por dentro. Trad. de Magda Lopes. Bauru: Edusc, 1998.

REIS, A. P. João Paulo II o Papa Operário. Rio de Janeiro: Monterrey, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. Virando Séculos: A Corrida para o Século XXI. No loop da montanha-russa. SP: Cia das Letras, 2001.

SHARKEY, Don. Fumaça Branca sobre o Vaticano. 2ª Ed. Trad. Mário Rangel. RJ: Irmãos Di Giorgio & Cia Editores, 1955.

SILVA, Heitor Morais de. História dos Papas: Luzes e Sombras. Braga: Editorial A. O, 1991.

SUFFERT, Georges. Tu És Pedro: Santos, Papas, Profetas, Mártires, Guerreiros, Bandidos. A História dos primeiros 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Trad. Adalgisa Campos da Silva. RJ: Objetiva, 2001.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Trad. João Dell`Anna. RJ: Civilização Brasileira, 1982.

VIER, Frederico (coord.). Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações. RJ: Vozes, 1968.

ZIZOLA, Giancarlo. A Utopia do Papa João. Trad. Pe Maurício Ruffier. SP: Edições Loyola, 1983.

Teses

DAVID, Solange Ramos de Andrade. O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980). Tese de Doutorado. Orientador: Dr. Sidinei Galli. Assis: UNESP, 2000.

SOARES, Claudete Gomes. Teologia da Libertação no Brasil. Aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. Tese de Mestrado. Orientador: Dr. Marcelo Siqueira Ridenti. Campinas: UNICAMP, 2000.

Internet

KUNG, Hans. Teólogo diz que o papa matou a vida na igreja. Disponível em <<<http://www.universocatolico.com.br>>>. Acesso em: 15 out. 2003, 09h28.

As origens de L'Osservatore Romano. Disponível em: <<<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 11 jun. 2003.

RATZINGER, D. Joseph. Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais. Texto integral do documento disponível em: <<<http://www.universocatolico.com.br>>. Acesso em: 25 ago. 2003.

Documentos Pontifícios: cartas encíclicas, epístolas, constituições apostólicas, exortações apostólicas, cartas apostólicas bulas, motu próprio. Disponível em: <<<http://www.vatican.va>>. Acesso em: 22 jun. 2003.

Magistério da Igreja: Classificação dos Documentos Pontifícios. Disponível em: <<<http://www.universocatolico.com.br>>. Acesso em: 22 jun. 2003.

RAMALHETE, Carlos. Opinião dos leitores. Disponível em: <<<http://www.universocatolico.com.br>>. Acesso em: 21 abr. 2003.

BRODBECK, Rafael Vitola. Aspectos penais das leis moral e canônica. Disponível em <<<http://www.veritatis.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2005.

Mapa sobre o aborto. Disponível em: <<<http://www.aborto.com.br/legislação>>. Acesso em: 17 set. 2005.

Jornais

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 17 maio 2004. Folha Mundo. “João Paulo II cria santa contra o aborto”.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 30 nov 2005. Folha Mundo. “Vaticano publica documento que veta gays”.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 20 abril 2005. Caderno Especial. “O Novo Papa Bento 16”.